

CIBEC/INEP



B0009473



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

A
POLÍTICA
EDUCACIONAL

Conferência proferida pelo Secretário-Geral
do MEC, Prof. João Guilherme de Aragão, na
Escola de Comando e Estado-Maior da
Aeronáutica – ECEMAR, no Rio de Janeiro,
no dia 8 de outubro de 1979

014
66p
.2

Presidente da República Federativa do Brasil
João Figueiredo

Ministro da Educação e Cultura
Eduardo Portella



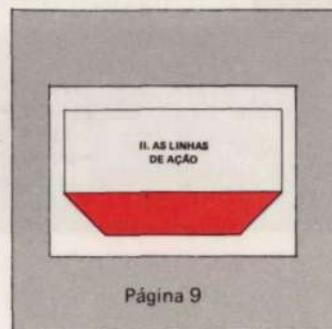
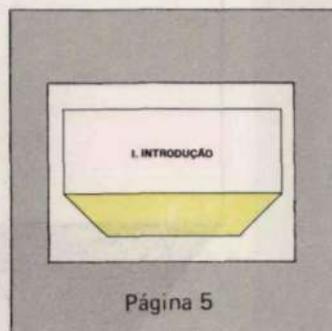
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

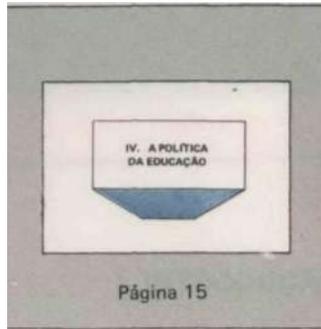
A
POLÍTICA
EDUCACIONAL

Conferência proferida pelo Secretário-Geral
do MEC, Prof. **João Guilherme de Aragão**, na
Escola de Comando e Estado-Maior da
Aeronáutica — ECEMAR, no Rio de Janeiro,
no dia 8 de outubro de 1979

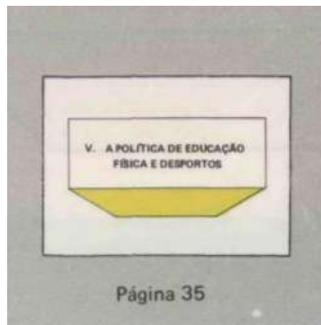


Departamento de Documentação e Divulgação
Brasília, DF - 1979

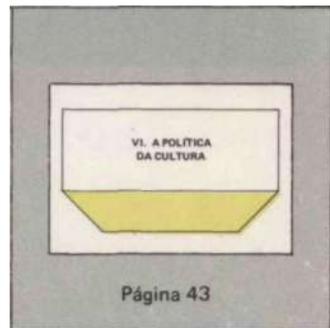




1. A Educação Pré-Escolar
2. A Educação de 1º Grau
3. A Educação de 2º Grau
4. A Educação Supletiva
5. A Educação Especial
6. A Educação Superior
7. A Pós-Graduação



1. Educação Física Escolar
2. Atividade Física de Lazer - Esporte para Todos
3. Desporto de Alto Nível





I. INTRODUÇÃO

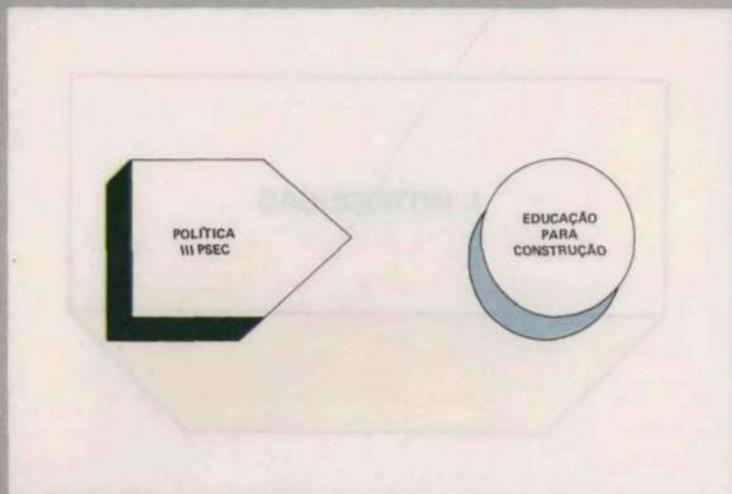
Antes de discorrer sobre o tema proposto, permito-me evocar, preliminarmente, um fato de história administrativa recente.

Criado nos anos trinta, o nosso Ministério, com a denominação de "Ministério da Educação e Saúde Pública", vinha envolto em duas legendas, ambas emanadas de dois notáveis cientistas patricios.

Assim, na área da Saúde, estava em voga o dito do sábio professor Miguel Pereira: "O Brasil é um vasto hospital". Não que se tratasse de atitude derrotista, mas, sim, de uma realidade adversa, que cabia, então, ser encarada com sadio realismo, mediante ampla e enérgica ação governamental.

No tocante à Educação, a legenda afigurava-se mais altissonante e traduzia-se no discurso-documento de outro eminente médico, o professor universitário e parlamentar Miguel Couto, a propósito da transfiguração operada, *por via educacional*, no Japão da segunda metade do século XIX.

Naquele discurso, dominava o mandamento do Imperador Matsuhito: "Que a



instrução alcance desde o primeiro cidadão japonês até o último lar do Japão".

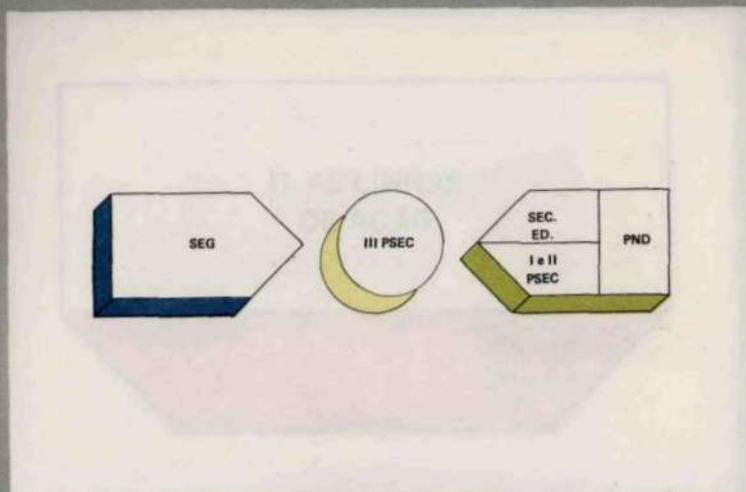
Algumas décadas depois, o Brasil parece repetir um tal desígnio, ao erigir, como princípio básico da política educativo-cultural, o lema "A Educação para a Construção", tantas vezes proclamado pelo atual titular deste Ministério.

E sob este preceito que se desdobram, a seguir, em suas linhas fundamentais, as diretrizes da política da Educação, da Cultura e do Desporto, objeto desta conferência.

Sendo assim, as considerações que ora apresento são o resultado de uns poucos meses de trabalho da gestão do Ministro Eduardo Portella, mas representam os esforços governamentais traduzidos nos Planos Nacionais de Desenvolvimento/PND e decorrentes, nos últimos anos, das linhas traçadas no I e no II Plano Setorial de Educação e Cultura/PSEC.

Presentemente, está a Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Cultura empenhada na elaboração do III PSEC, tarefa que vem contando com a participação efetiva das Secretarias de Educação e Cultura de todas as unidades federadas, com a finalidade de garantir que as diretrizes para a programação do próximo quinquênio reflitam as reais necessidades não só regionais, mas até mesmo locais.

Na verdade, esse envolvimento dos sistemas estaduais faz-se necessário, já que a educação de 1º e 2º graus, que abrange a maior parcela das atividades do Ministério, é da competência dos Estados e do Distrito Federal. Nesses graus de ensino, a atuação do Governo da União diz respeito, tão-somente, à regulamentação e ao estabe-



lecimento de normas, cabendo-lhe, ainda, a assistência financeira, em caráter supletivo, nos estritos limites das deficiências locais.

Por outro lado, mesmo nas áreas em que a vinculação é mais direta — como no caso do ensino superior, cujo acompanhamento e supervisão são atribuições do MEC — o planejamento não pode ficar distante da execução sob pena de perder-se em atividades que não se enquadrem, necessariamente, nas prioridades locais, o que, por certo, agravaria ainda mais o problema da escassez de recursos de que se ressentia o setor.

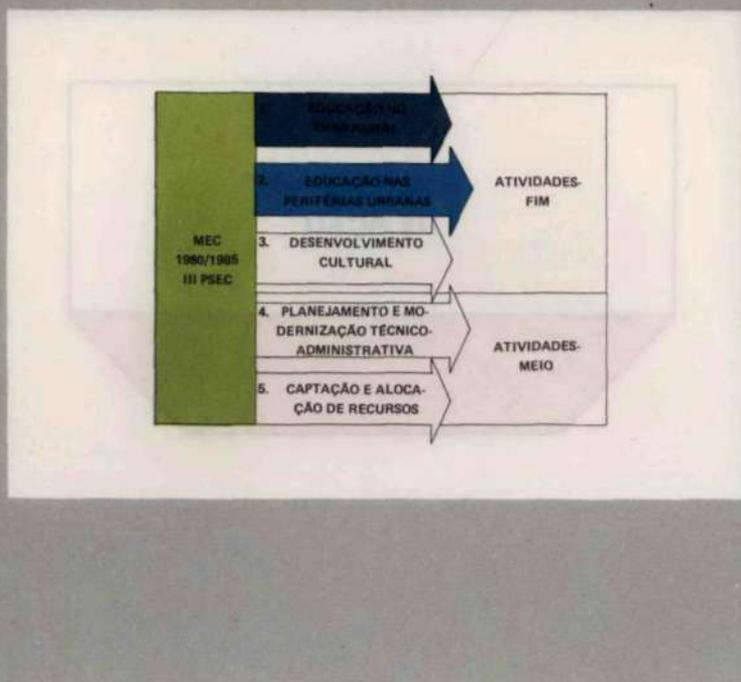
Com essa participação das Secretarias de Educação e Cultura, espera-se contar com um seguro e atualizado fluxo de informações, capaz de garantir a realização de programas compatíveis com as necessidades desenvolvimentistas de cada região do País.

II. AS LINHAS DE AÇÃO

A política traçada para integrar o III PSEC, relativo ao quinquênio 1980/1985, tem por base cinco linhas de ação.

Essas linhas de ação procuram atender ao compromisso do Governo no campo social, buscando proporcionar maior assistência à população de baixa renda, e se materializam em medidas diretamente vinculadas às atividades-fim, destinadas a ampliar e dinamizar a educação no meio rural e nas periferias urbanas, bem como a fomentar as manifestações culturais. Na área de atividades-meio, o MEC cuida da criação de instrumentos hábeis de viabilização dessas ações, e da captação e alocação de recursos.

A primeira linha definida — a *educação no meio rural* — constitui um desafio decisivo. No meio rural encontram-se, de um lado, as menores taxas de escolarização e, de outro, os mais elevados índices de repetência e de evasão somados à grande dificuldade de se adequar a educação às peculiaridades da clientela e do meio. Esta situação decorre sobretudo do intenso movimento migratório nessas áreas.



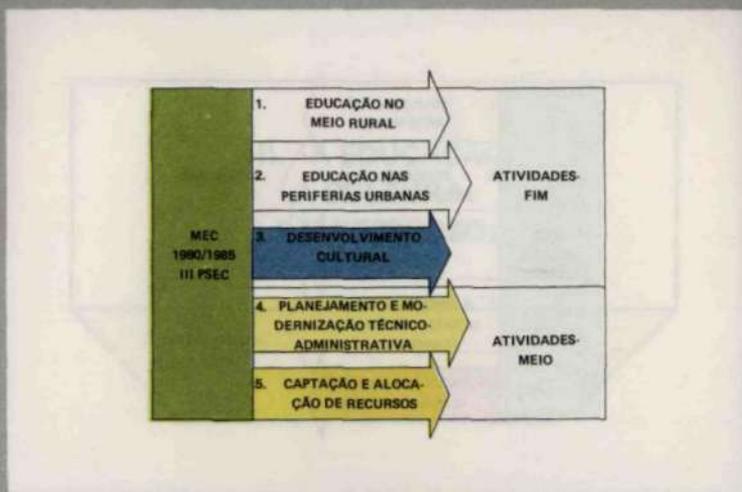
Dadas as condições atuais da zona rural, particularmente em regiões mais carentes de recursos materiais e humanos, a universalização do ensino de 1º grau é meta ainda remota, mas a ser objetivada. Em tais situações, a educação regular nem sempre é a mais eficaz, inclusive devido à rigidez de normas que não consideram as características próprias do meio. Impõe-se, portanto, repensar a política de educação para essas áreas, especialmente no que se refere aos planos curriculares, à descentralização dos programas e, na implantação destes, à participação da clientela, de forma a ajustar-se a oferta dos serviços educativos às necessidades e possibilidades locais.

A segunda linha é a *educação nas periferias urbanas*. Esta linha complementa a primeira, pois é nas áreas periféricas das cidades que se encontra o outro grande contingente populacional de baixa renda. O problema de educação para essas populações se concentra no caráter economicamente seletivo dos serviços educacionais oferecidos, que excluem do processo massa considerável da clientela potencial.

Para corrigir essas distorções, há necessidade de serem desenvolvidos programas de educação pré-escolar e supletiva que assegurem o acesso de maior número de alunos ao 1º e 2º graus.

A relevância da educação pré-escolar está em que ela é a pedra angular de formação da personalidade.

De outra parte, é necessário também adotar uma nova postura com relação à educação de adolescentes e adultos. Nessa perspectiva, o ensino supletivo deve ser



visto não tanto como uma oportunidade renovadora de escolarização, mas como um processo perfeitamente adequado à clientela considerada, com métodos e conteúdos próprios.

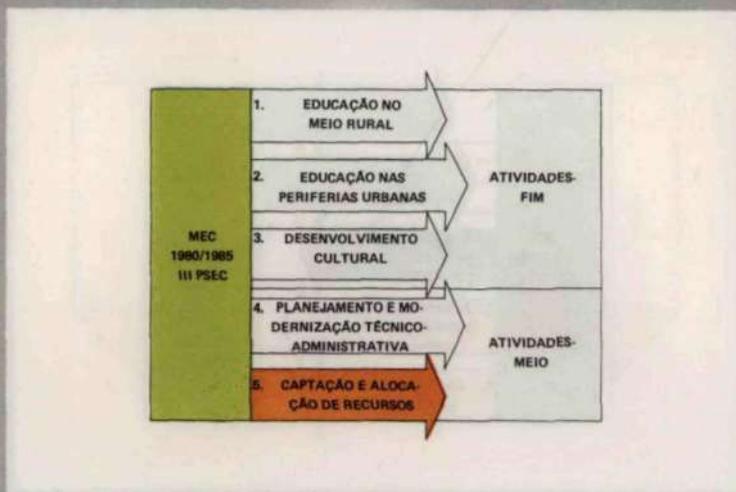
A terceira linha de ação é a do *desenvolvimento cultural*. Esse desenvolvimento pretende acentuar as dimensões culturais ligadas à identificação nacional, através da qual o povo manifesta suas características como sociedade e como nação, tanto no plano material como no espiritual e no tecnológico. Neste sentido, é importante que se preservem e incentivem as manifestações culturais, em todas as suas formas, e que o acesso a elas seja ampliado ao máximo.

A quarta linha de ação refere-se ao *planejamento* e à *modernização técnico-administrativa*.

Aqui, coloca-se, em primeiro lugar, o esforço de planejamento descentralizado e objetivo, com ênfase na participação das bases na criação, condução, controle e avaliação de programas.

Em segundo lugar, deve-se levar em conta a relevância da tecnologia *aplicada*, como forma de propiciar melhoria de qualidade dos serviços para o atingimento de clientela específica e para o atendimento preferencial das camadas mais carentes da população.

Além disso, à guisa de instrumento, convém buscar-se a superação de entraves burocráticos e a ultrapassagem da rigidez normativa e legalista, visando, em ambos



os casos, a melhor aplicação redistributiva dos recursos.

Finalmente, merece atenção a problemática dos recursos humanos, que requer tratamento específico, tanto na dimensão estrutural quanto na dimensão das ações substantivas.

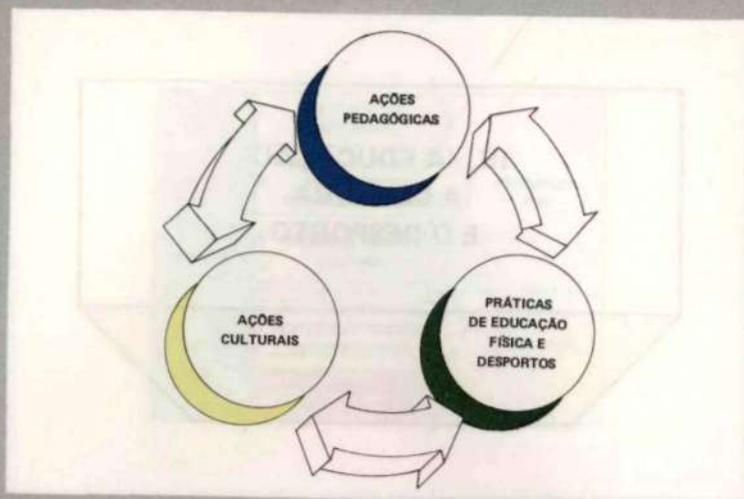
A quinta linha de ação é a *captação e alocação de recursos*. Este é o segundo instrumento prioritário para a consecução dos objetivos do MEC.

Embora o incremento nos montantes de recursos financeiros seja menos um objetivo do que uma condição para o desenvolvimento educacional, ressalte-se a importância de intervir deliberadamente em sua evolução. Tem-se verificado que nem todo aumento de dotações ou criação de novas fontes de arrecadação leva necessariamente à ampliação de oportunidades educativas. Em muitos casos, isso tem acentuado desequilíbrios regionais e desigualdades sociais. Daí a necessidade de identificar os fatores que condicionam o surgimento desses efeitos, a fim de promover melhor alocação e distribuição dos recursos existentes e explorar mais intensivamente fontes de recursos de caráter progressivo quanto à incidência fiscal sobre a renda.

III. A EDUCAÇÃO, A CULTURA E O DESPORTO

A educação, considerada como processo contínuo e global, deve responder às imperiosas necessidades de formação harmoniosa e equilibrada do ser humano. Nesse sentido, deve-se buscar o desenvolvimento integrado de ações pedagógicas e culturais, aliadas às práticas de educação física e desportos, para que o processo educativo não se restrinja aos aspectos cognitivos, às disciplinas acadêmicas ou à simples transmissão da cultura.

Para tanto, a tônica da gestão do Ministro Eduardo Portella reside na ênfase que está sendo dada ao caráter tridimensional do MEC, sem qualquer justaposição estanque nas áreas da educação, da cultura e do desporto.



IV. A POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

A política educacional está centrada no objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais, considerando o princípio da educação permanente e do desenvolvimento sócio-econômico.

Destarte, há que serem buscados mecanismos de entrosamento entre as agências envolvidas no processo ensino-aprendizagem, quer sejam oficiais ou particulares, quer sejam de administração municipal, estadual ou federal. Da mesma forma, também não pode ser descurada a participação efetiva das comunidades no tratamento a ser dado às peculiaridades locais e regionais.

Por outro lado, o fluxo da demanda de serviços educacionais, determinada pelo incremento demográfico que caracteriza o Brasil das últimas décadas, deve ser planejado de forma a garantir índices satisfatórios de qualidade.

"A educação para construção — no dizer do Ministro Portella — cabe apoiar-se na pedagogia da qualidade, e desenvolver-se como um sistema coeso, em que cada peça da engrenagem dispõe de uma função essencial e correlata."



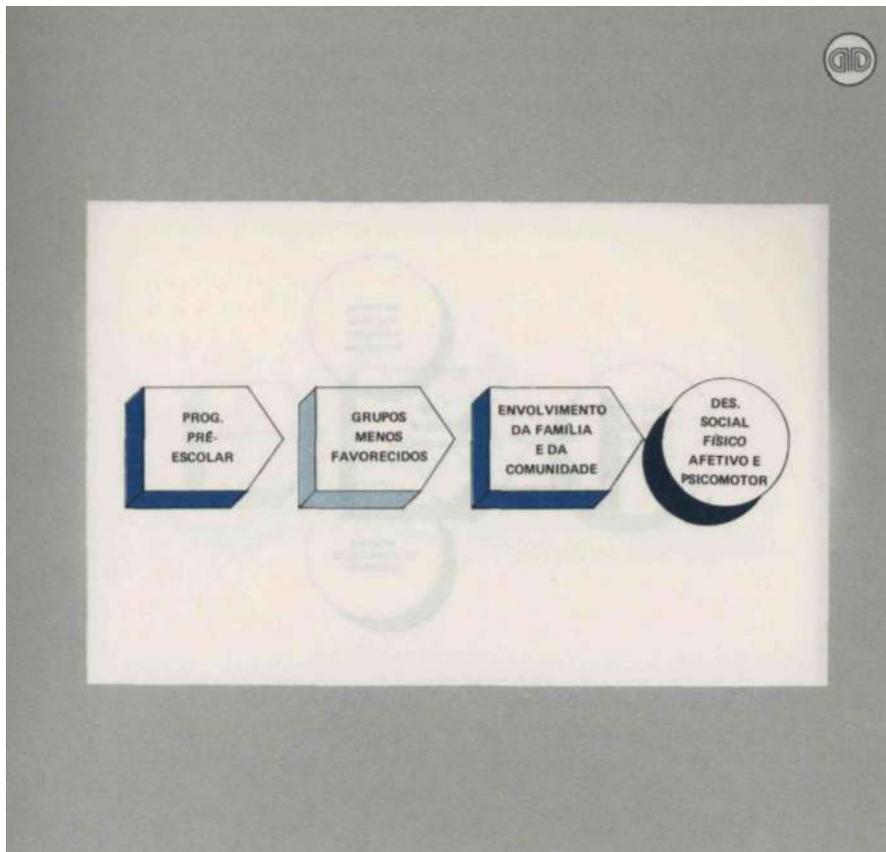
Os objetivos quantitativos não podem, pois, ser considerados isoladamente dos qualitativos. Devem ser alcançados através de uma programação flexível e participativa que, a par da unidade em termos nacionais, represente, o mais possível, o interesse das bases, consubstanciado no atendimento às necessidades regionais e locais.

Destaque especial deve ser dado à premente necessidade de dignificação do magistério, sobretudo através de captação de novas fontes de recursos que permitam oferta de salários mais compensadores.

Qualquer medida para a elevação do nível qualitativo do ensino deve pressupor uma conscienciosa política nacional de salários para os docentes. Nesse sentido, o MEC acaba de elaborar o "Plano de Valorização do Professor" com vistas à recuperação da imagem do professor e sua dignificação na sociedade. O Plano prevê a criação de uma Comissão Interministerial, encarregada de estudar a constituição de um fundo com o objetivo de complementar as verbas estaduais para pagamento de salário de professores. Também está prevista uma nova estrutura para a carreira docente e a cooperação técnica permanente com Estados e Municípios para elaboração e implantação do Estatuto do Magistério e para reexame da formação de professores.

1. A Educação Pré-Escolar

O objetivo primordial com relação a essa modalidade de educação é lançar as



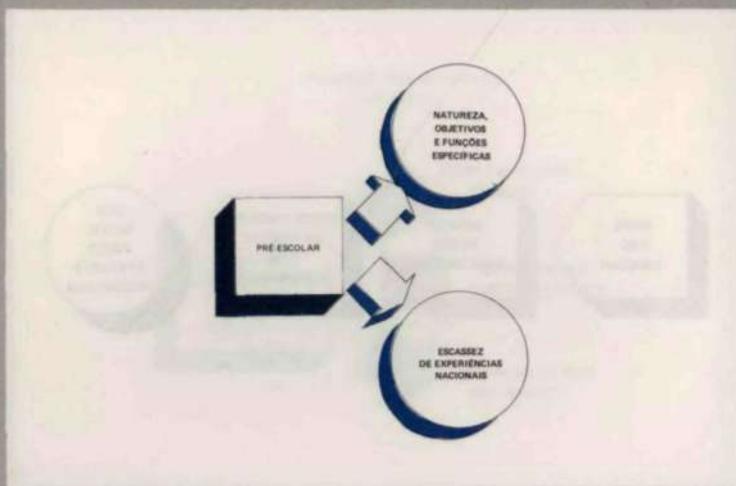
bases para que ela seja uma realidade, em especial, nas regiões mais carentes, e se desenvolva integrada a outras iniciativas nas áreas social e econômica.

A preocupação governamental com a educação pré-escolar é recente na história do Brasil. Isto se deve, sobretudo, ao fato de ter sido esse nível escolar omitido da faixa etária de obrigatoriedade constitucional. Apesar de os avanços alcançados pela Psicologia e pela Pedagogia nas últimas décadas terem, sobejamente, atestado a validade da iniciação escolar bem antes dos 7 anos de idade, os poderes públicos, até há bem pouco, não se dispunham a participar de qualquer iniciativa nesse sentido.

É por demais sabido que a educação pré-escolar exerce importância fundamental no êxito do próprio ensino de 1º grau, sobrecarregado com os problemas de defasagem na relação idade/série e de altos índices de reprovação na 1ª série que, no Brasil, ainda assumem proporções alarmantes, como bem atestam as estatísticas educacionais.

Por outro lado, está provada a existência de forte correlação entre nível sócio-econômico e prontidão para a aprendizagem.

Tem-se verificado, por exemplo, que, devido à situação sócio-econômica, crianças provenientes de camadas menos favorecidas da população chegam à escola de 1º grau com sérias carências, no que se refere aos pré-requisitos indispensáveis ao desenvolvimento de um processo normal de aprendizagem. Essas carências referem-se não só aos aspectos ligados ao domínio de um vocabulário básico indispensável, às defi-

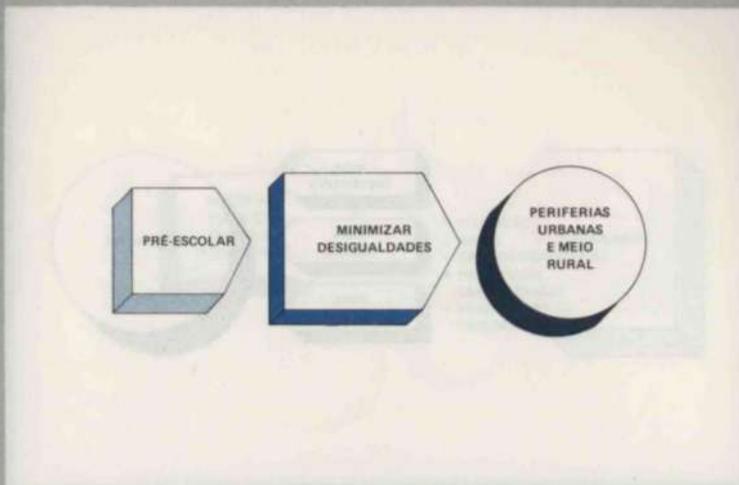


ciências psicomotoras e de relacionamento social, como também aos problemas de ordem física, resultantes das precárias condições de nutrição, saúde e saneamento a que está sujeita essa parcela da população estudantil.

Por isso, o MEC, na atualidade, está empenhado em desenvolver programas de educação pré-escolar, dirigidos especialmente aos grupos menos favorecidos, com a finalidade de estimular o desenvolvimento social, físico, afetivo e psicomotor da criança mediante o envolvimento da família e da comunidade na escola.

A ênfase ora dada a esse nível de ensino nasceu dos imperativos expressos em textos legais, recomendando que o governo federal inicie estudos no sentido de encontrar novas fontes de recursos financeiros que, suplementando os destinados ao ensino de 1º grau, subvençionem a educação pré-escolar. Também apontam os referidos textos a necessidade de se elaborar legislação específica voltada para programas de emergência que envolvam a população de 6 e 5 anos ou menos.

A nova perspectiva que vem sendo desenvolvida com a finalidade de desvincular a educação pré-escolar do ensino de 1º grau obedece a duas fortes razões. A primeira traduz-se no reconhecimento de sua especificidade, por saber-se a educação pré-escolar com natureza, objetivos e funções próprias, o que, por si só, justificaria a separação. A segunda, mais imperativa, decorre de escassez de experiências nacionais nessa faixa de educação, o que recomenda-lhe seja dispensado tratamento exclusivo, pelo menos a médio prazo.

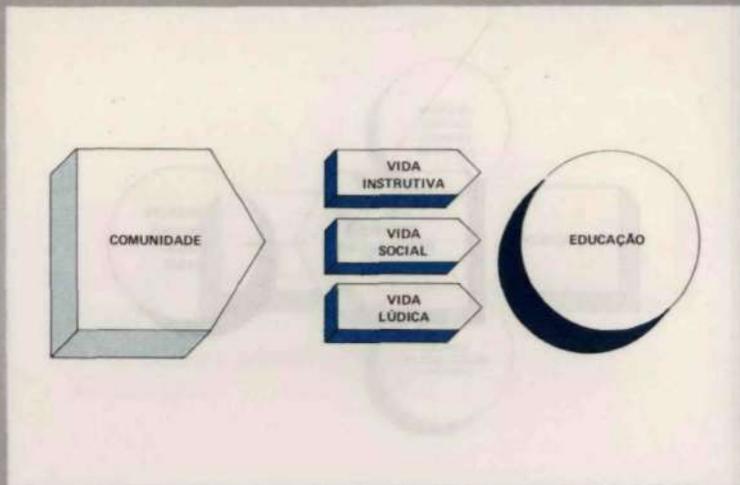


O objetivo que o MEC está a desenvolver, juntamente com as Secretarias de Educação das unidades federadas, diz respeito à expansão do atendimento à população infantil de zero a seis anos de idade, de forma a garantir-lhe atenção educacional, nutricional e sanitária, com ênfase no desenvolvimento da linguagem, e do aspecto psicomotor e social, mormente para os grupos de 4 a 6 anos.

Esse atendimento se caracteriza como medida corretiva dos efeitos das desigualdades de distribuição de renda, procurando minimizar os fatores determinantes da pobreza absoluta.

A expansão da educação pré-escolar deve concentrar-se nas periferias dos grandes centros urbanos e no meio rural. A eficiência desse processo pressupõe a articulação de programas e estratégias coerentes com os princípios da política adotada. Assim, no relacionamento com a comunidade, será esta, além das famílias, envolvida nos programas sócio-econômicos e educacionais, inclusive ao nível de definição e organização das atividades, cuja realização poderá verificar-se com a utilização de espaços disponíveis nas localidades.

No plano institucional, além da complementação do atendimento sócio-educativo das crianças do pré-escolar em programas de alimentação e saúde, deverá ser impulsionada a atuação conjunta de segmentos do Governo Federal, Estadual e Municipal, estimulada a participação de estudantes universitários, de 2º grau e das próprias instituições educativas, bem como intensificada a preparação de recursos humanos.



Por último, é necessário mencionar a integração de programas de creche e pré-escola nas áreas marginalizadas, iniciativa que se afigura como de fundamental relevância para o cumprimento das diretrizes traçadas.

Ainda com referência a este nível, merece destaque a nova dimensão que o MEC pretende dar à atuação do MOBREAL, que deverá dedicar-se, também, ao atendimento de crianças do pré-escolar, na faixa de 4 a 6 anos. Esse envolvimento vem ao encontro da necessidade de participação mais direta das comunidades na educação pré-escolar, a fim de que as ações possam ser integradas. O MOBREAL, devido à sua capacidade de mobilização — atinge todos os municípios brasileiros —, à estrutura e à integração com as prefeituras municipais, representa, a curto prazo, a melhor forma para deflagrar um programa capaz de atingir todo o território nacional.

2. A Educação de 1º Grau

Para o 1º grau, o objetivo principal é a universalização do ensino na faixa etária dos 7 aos 14 anos, enfatizando-se, como já se disse antes, o atendimento ao meio rural e às periferias urbanas.

Essa expansão em quantidade, no entanto, está sendo planejada de forma a permitir que não se percam de vista os aspectos qualitativos.

Com esse propósito, prevê-se a introdução de mudanças profundas nos conteú-



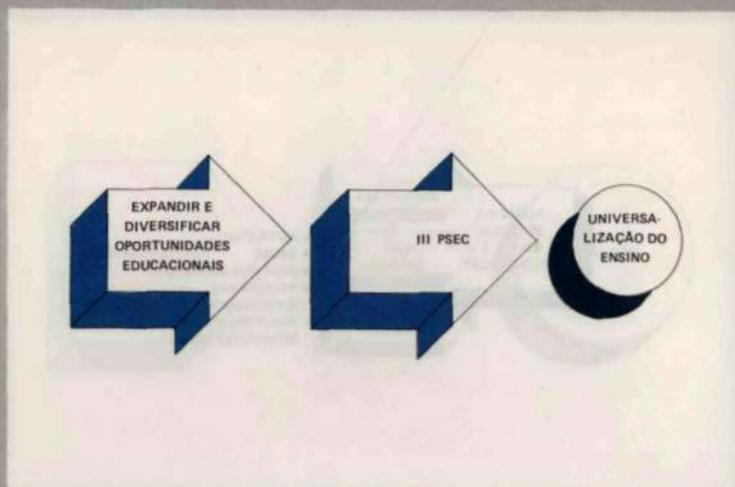
dos curriculares, nas tecnologias educacionais, nos critérios de valorização do pessoal docente e na adoção de procedimentos para se reduzir a evasão, a repetência e a distorção idade/série.

Para viabilização dessas mudanças, é inegável a importância da participação comunitária. Por isso, o MEC está empenhado em promover atividades que venham a tornar a escola uma instituição inserida no dia-a-dia comunitário, quer no que se refere à contribuição para a adequação dos serviços educacionais, quer no que se relacione aos seus mecanismos de vida instrutiva, social e lúdica.

O processo de municipalização do ensino de 1º grau é parte desse esforço, juntamente com o apoio à solução dos problemas financeiros.

Indispensável ainda é o desencadeamento de ações conjugadas com a Política Social e Econômica, no sentido de fomentar programas de nutrição, saúde, profissionalização ou mesmo de estabelecer estreita ligação entre os programas educacionais e as prioridades de desenvolvimento estabelecidas pelo Governo Federal.

A necessidade de uma programação adequadamente planejada é exigência inquestionável quando se considera que o atendimento escolar obrigatório não atinge 25% da população compreendida entre 7 e 14 anos. Além do mais, esse mingado contingente nem mesmo conclui as 8 séries do 1º grau, pois significativa parcela é dispersada, sobretudo nas primeiras séries, como fartamente atestam as estatísticas de evasão e de repetência.



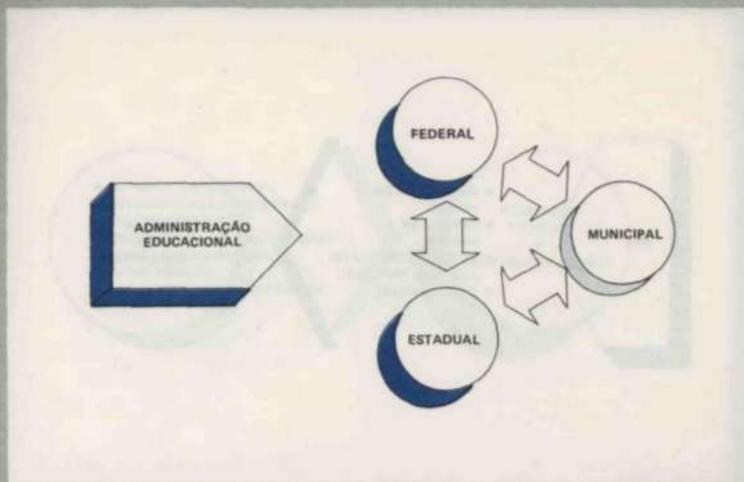
Outro dado que não pode ser esquecido é o fato de que a oferta de vagas no 1.º grau tem, notoriamente, privilegiado as regiões e os grupos sociais economicamente mais favorecidos.

Paralelamente a essa desigualdade de oferta, as normas e diretrizes para o ensino têm tido caráter centralizador, apesar da flexibilidade expressa na legislação pertinente, o que certamente não vem atendendo aos interesses peculiares de cada região ou grupo social. Essa prática gera sérios entraves à organização e ao funcionamento do ensino, impedindo a introdução de inovações compatíveis com as reais necessidades na área de currículos, métodos e técnicas.

Pelas razões apontadas, expandir e diversificar as oportunidades educacionais são diretrizes que estão norteando a elaboração do III PSEC, para o alcance do objetivo maior, que é a universalização do ensino de 1º grau.

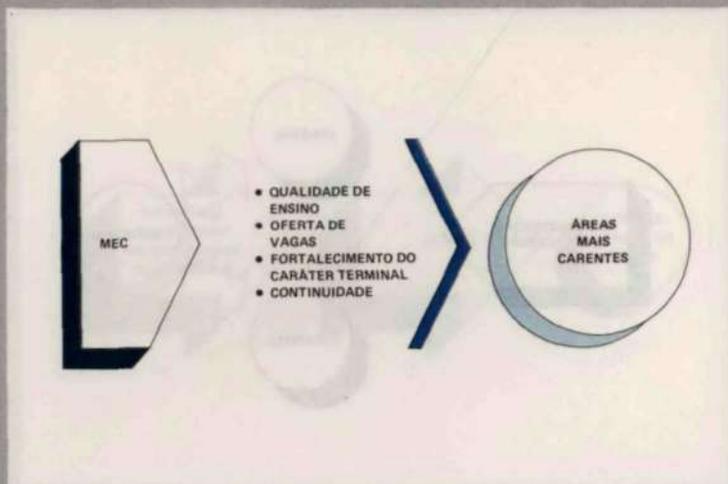
A par dessa expansão e diversificação, também se desenvolvem programas de melhoria das condições de ensino e de funcionamento para se atingir um processo global de educação fundamental, depurado dos alarmantes índices de evasão e repetência que vêm onerando o ensino de 1º grau e gerando clientela potencial para o ensino supletivo, que, por isso, cada vez mais se afasta de sua finalidade mais relevante — a educação permanente.

Para conseguir a universalização do ensino de 1º grau, o MEC volta-se para a ordenação da rede física, a partir da racionalização na expansão e no uso de espaços



educativos, e para o aperfeiçoamento do processo técnico-pedagógico. Dessa forma, o atendimento às características próprias da clientela está sendo demandado através do desenvolvimento de programas educativo-culturais específicos para as populações rurais e as da periferia urbana marginalizada. O estímulo à utilização de formas não-convencionais de ensino, o estudo da possibilidade de terminalidade real, a identificação de novas formas de atendimento e a introdução de mudanças significativas nos currículos e nas tecnologias educativas são outros aspectos desses programas. Ainda nesse sentido, impõe-se a articulação com os mecanismos de treinamento de mão-de-obra, visando a sua utilização na preparação para o trabalho neste grau de ensino e ao estabelecimento de uma política realista de valorização dos profissionais de educação.

A descentralização da administração educacional, a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal para o melhor aproveitamento das fontes de financiamento, bem como a integração dos programas a cargo dos diversos órgãos e instituições que atuam no nível de 1.º grau, sintetizam os esforços na sentido de se consolidar um suporte institucional adequado às novas diretrizes.



3. A Educação de 2º Grau

Ao nível de 2º grau, o MEC persegue ainda o objetivo da terminalidade, que se vem constituindo num desafio, já que as tentativas de profissionalização nesse grau têm resultado praticamente inócuas, ressalvado o auspicioso desempenho das escolas técnicas federais, das escolas normais e dos colégios agrícolas.

Se, por um lado, a nova lei de ensino trouxe a obrigatoriedade terminal para o 2.º grau, provocando acentuado desaquecimento da educação meramente humanística que, é certo, dava ao ensino de 2º ciclo do diploma legal anterior uma feição tipicamente elitista; por outro, essa obrigatoriedade, na prática, não produziu os frutos esperados. O ensino de 2º grau flutua numa incômoda posição, que não mais tende à continuidade, nem tampouco aos reclamos do mercado de trabalho de nível médio.

Assim, as preocupações se concentram, para a terminalidade, na adequação de currículos às peculiaridades locais, na infra-estrutura física e humana, na necessidade das empresas e na relativa importância de processos não-formais de profissionalização.

Mas o caráter terminal não pode ser exclusivo no ensino de 2.º grau. Cada vez mais avulta a importância da preparação dos futuros profissionais de nível superior, em todas as áreas do conhecimento humano. Daí a função de continuidade não po-

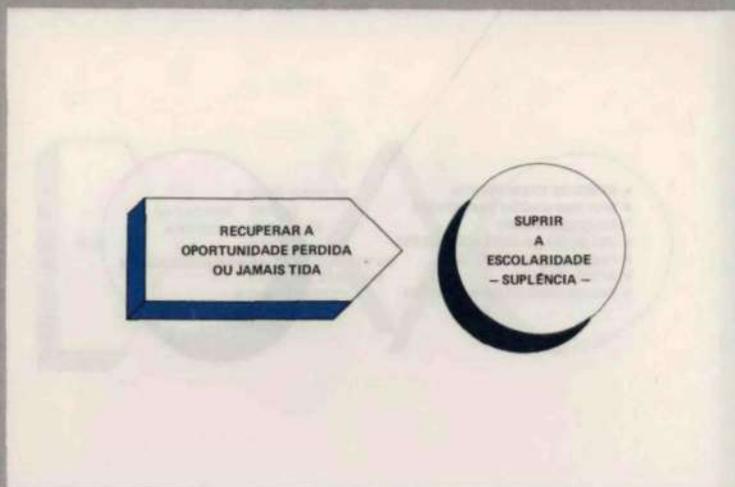


der ser descurada. Se o País enfrenta a carência de profissionais de nível médio, também aumenta a pressão para o ingresso no ensino superior.

Merece destaque, ainda, o fato de absorverem as zonas urbanas mais de 98% da matrícula no 2º grau. O percentual que cabe à zona rural é por demais desprezível para ser considerado, e claro está que há urgência na escolha de alternativas que permitam expansão das oportunidades de formação nesse nível para as áreas menos privilegiadas.

Face à situação existente, o MEC está envidando esforços no sentido de melhorar a qualidade do ensino e expandir a oferta de vagas, em especial nas áreas mais carentes, de forma compatível com o desenvolvimento sócio-econômico local. Também se busca o fortalecimento do caráter terminal, sem, contudo, descuidar-se do aspecto da continuidade.

Para tanto, estão previstas ações consubstanciadas na manutenção de um ritmo de crescimento em harmonia com o aumento de conclusões do 1º grau e diversificação nas formas de atendimento, de modo a permitir que sejam consideradas as necessidades próprias da clientela. A isto somam-se a garantia de implantação dos programas de melhoria da educação geral e de habilitações básicas nos sistemas estaduais, através do apoio técnico ao aperfeiçoamento da rede particular de ensino, e o incremento de experiências na área de educação pós-secundária, para criar oportunidades alternativas de formação técnica e profissionalizante.



Integram também esse conjunto a expansão e desenvolvimento qualitativo da rede de escolas técnicas federais e centros de educação tecnológica, o apoio às unidades de educação técnica dos Estados e a adoção de critérios e mecanismos para o estabelecimento de equivalência e certificação de estudos.

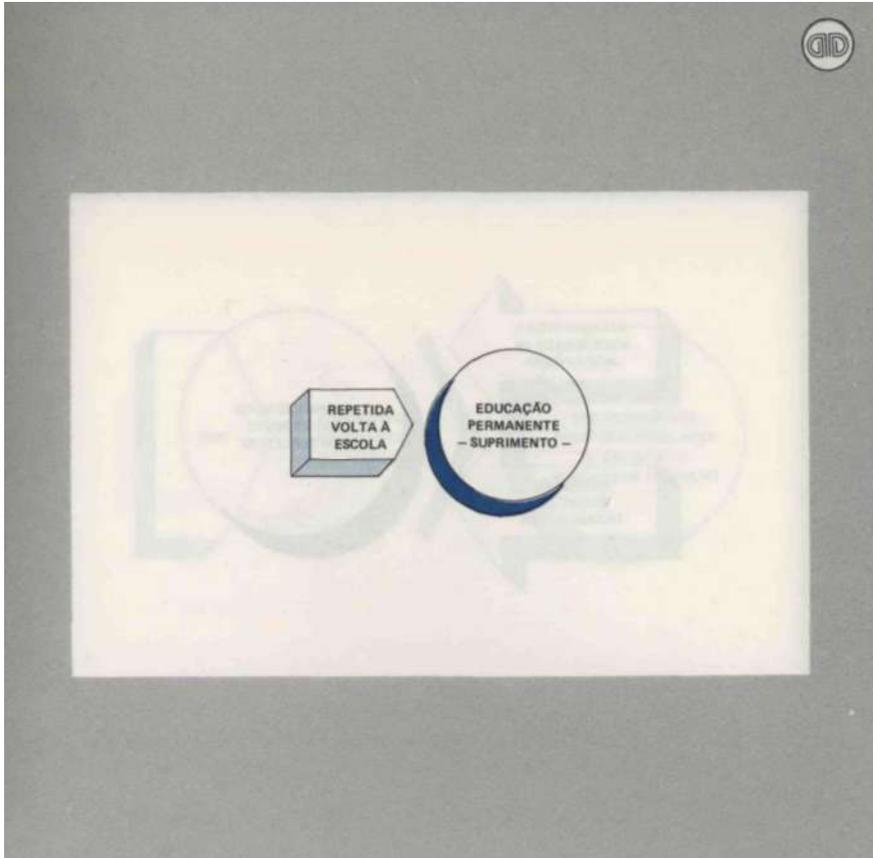
4. A Educação Supletiva

Na modalidade de ensino supletivo, o que se pretende é a eliminação do analfabetismo e da subeducação nos grupos acima de 14 anos de idade, proporcionando-lhes adequada educação básica que garanta a melhoria de suas condições de emprego e de renda, e, conseqüentemente, de sobrevivência.

A educação de adultos vem-se constituindo em uma das preocupações sociais mais acentuadas no mundo inteiro. Nessa perspectiva, a orientação que norteou a reforma do ensino, deflagrada com a Lei nº 5.692/71, expressa a aspiração social de aumento de oportunidades educacionais para uma clientela que se situa fora da faixa da obrigatoriedade escolar.

O objetivo de suprir a escolaridade vincula-se à necessidade que tem o homem de aprender e recuperar a oportunidade perdida ou jamais tida, o que constitui a função de suplência do ensino supletivo.

O propósito da educação supletiva, no entanto, expande suas fronteiras quan-



do lança as bases para a definição de um processo de educação permanente, através da repetida volta à escola com oportunidades organizadas, para que o homem possa ampliar a interpretar sua própria experiência de vida. Sob tal perspectiva é que se enquadra a função de suprimento.

Diante desse novo enfoque, reconhece-se, pois, a necessidade de reformular conceitos e metodologias, reorientar ações e posições, empregar novos recursos e tecnologias e pensar soluções flexíveis e adequadas à realidade sócio-econômica dos sistemas.

A programação que está sendo implantada para adolescentes e adultos tem em conta a oferta, em nível local e comunitário, de novas modalidades de educação básica, para criar melhores condições de vida, de emprego e de perspectiva de integração social.

Ao lado dessas ações nas funções de suprimento e de suplência, também está sendo ampliada a oferta de cursos de qualificação e aprendizagem, atendendo à população já engajada na força de trabalho.

Um dos fatores preponderantes na orientação e estímulo para ingresso e permanência de alunos no ensino supletivo é a implantação de formas diversificadas de atendimento, com intensificação do uso de tecnologias educacionais adequadas às características sócio-culturais e aos interesses das clientela visadas. Outro fator dessa ordem é a extensão da qualificação profissional às populações rurais e das periferias



urbanas, visando a reduzir os índices de subemprego.

O provimento mais efetivo às necessidades de mão-de-obra e a promoção social do trabalhador se colocam em primeiro plano como requisito para a consolidação do produto do supletivo e representam, desta forma, a contraparte dos fatores anteriormente destacados. E, no quadro da atual política de educação, estão sendo criadas condições para a realização e atualização de análises ocupacionais, com a participação da empresa, e para a implementação de uma educação de base integrada à formação profissional.

Complementando essa ação, desencadeará o Ministério um processo de avaliação dos programas e resultados do ensino supletivo, em termos de relevância e eficácia social.

E, para que esses resultados venham a corresponder às expectativas, necessário se faz dar apoio a cursos de qualificação para o trabalho, após levantamento do mercado e das necessidades locais, bem como a programas de educação permanente. Para tanto, já se vêm promovendo, com regularidade, interfaces com órgãos e instituições que desenvolvem programas de educação não-formal.

5. A Educação Especial

No plano da educação especial, as preocupações do MEC voltam-se para a ex-



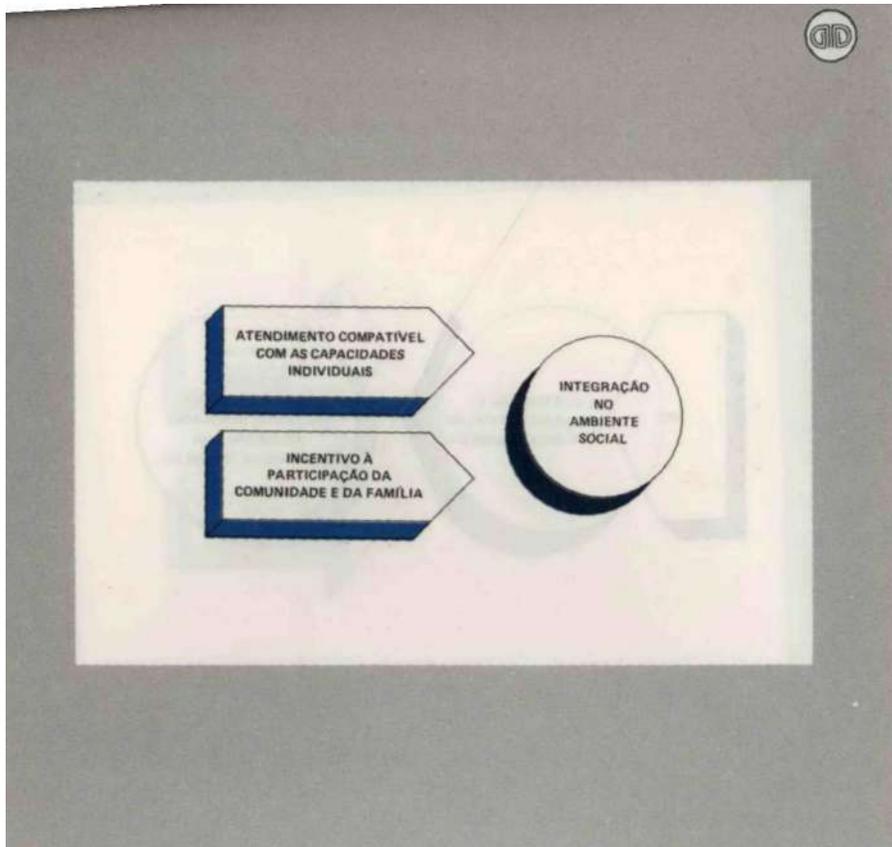
pansão e a diversificação dos serviços envolvendo maior número de tipos de excepcionalidade. Esse cuidado tem por finalidade integrar o excepcional nos processos regulares de ensino e no mercado de trabalho.

Com esse intuito, estão sendo implantados serviços de diagnóstico para identificar a excepcionalidade o mais cedo possível, objetivando uma ação integrada nas áreas psicossocial e educacional.

Assim, através do Centro Nacional de Educação Especial/CENESP, o MEC está programando ações que permitam um mais amplo e mais diversificado atendimento, no que diz respeito não só ao aspecto quantitativo mas também à maior variedade de tipos de excepcionalidade.

Da programação fazem parte ainda o diagnóstico e a assistência específica proporcionados o mais cedo possível a pré-escolares portadores de distúrbios no desenvolvimento, de modo a minimizar efeitos que possam influir negativamente no processo ensino-aprendizagem.

Por outro lado, o Ministério prossegue com a política de apoio técnico e financeiro às instituições especializadas, considerando os benefícios que estas proporcionam às categorias de excepcionais não integráveis ao sistema regular e sua contribuição para a melhoria do quadro técnico-docente e da distribuição espacial. Esta última, com posição claramente definida nas prioridades do setor, permitirá manter o ritmo de adaptação, ampliação ou construção de unidades de atendimento educacional peculiar.



Por fim, duas diretrizes merecem ser ressaltadas como igualmente prioritárias na política da educação especial. Uma refere-se ao atendimento compatível com as capacidades individuais ao longo do processo escolar até à profissionalização, enquanto a outra trata do incentivo à maior participação da comunidade e da família do excepcional, para facilitar a sua integração no ambiente social.

6. Educação Superior

As instituições de ensino superior, na qualidade de centros captadores e disseminadores de conhecimentos científicos, culturais e tecnológicos, constituem um ponto de particular interesse para a definição de uma política educacional. De um lado, pelo papel que lhes cabe no sistema de educação; de outro, pela sua condição de importantes veículos de integração desse sistema com o todo social.

Compreender essa dupla função da educação superior é, portanto, fundamental. Mais importante, ainda, é tornar eficazes os seus resultados.

Com esse objetivo, realizou o Ministério um exame crítico da situação educacional nesse nível e estabeleceu diretrizes com vistas à superação dos obstáculos identificados, concentrando-se sobretudo naquelas que diretamente comprometem os padrões mínimos de qualidade dos serviços educacionais.

Dentre os problemas focalizados, destaca-se a desordenada expansão quanti-

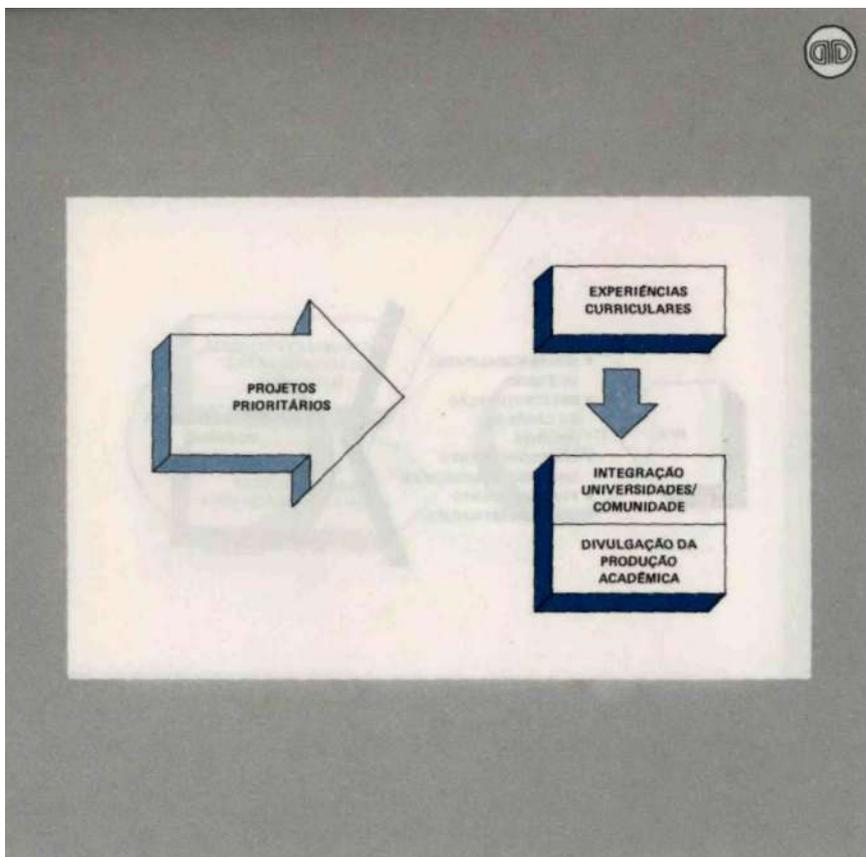


tativa do ensino superior. A ausência de critérios que garantam um crescimento compatível com as exigências da sociedade acentua as deficiências do sistema. E a realidade do atual ensino universitário o comprova. São visíveis as desfavoráveis condições de funcionamento de um elevado número de instituições, seja quanto à capacidade docente ou à infra-estrutura científico-pedagógica; assim como no que concerne ao atendimento das necessidades da região a que servem essas instituições.

A criação de novas modalidades de ensino superior, a reestruturação da carreira docente, o estímulo a um mais sério comprometimento das universidades com as respectivas regiões e o fortalecimento da infra-estrutura dessas instituições são as formas pelas quais pretende o Ministério reordenar a expansão do ensino superior. Com essas medidas, espera-se harmonizar as aspirações e necessidades sociais com a capacidade do sistema acadêmico como supridor de recursos humanos.

Reformular os dispositivos legais que regulamentam os programas educativos de nível superior representa outro desafio. O caráter predominantemente centralizador e casuístico dessas normas exige sejam elas revistas para que se alcance o aprimoramento da vida acadêmica quanto aos aspectos pedagógicos, sociais e de afirmação regional das universidades.

Na perspectiva da política educacional, a revisão desses textos favorecerá a efetivação de medidas relevantes, que viriam atender, por exemplo, à necessidade de se



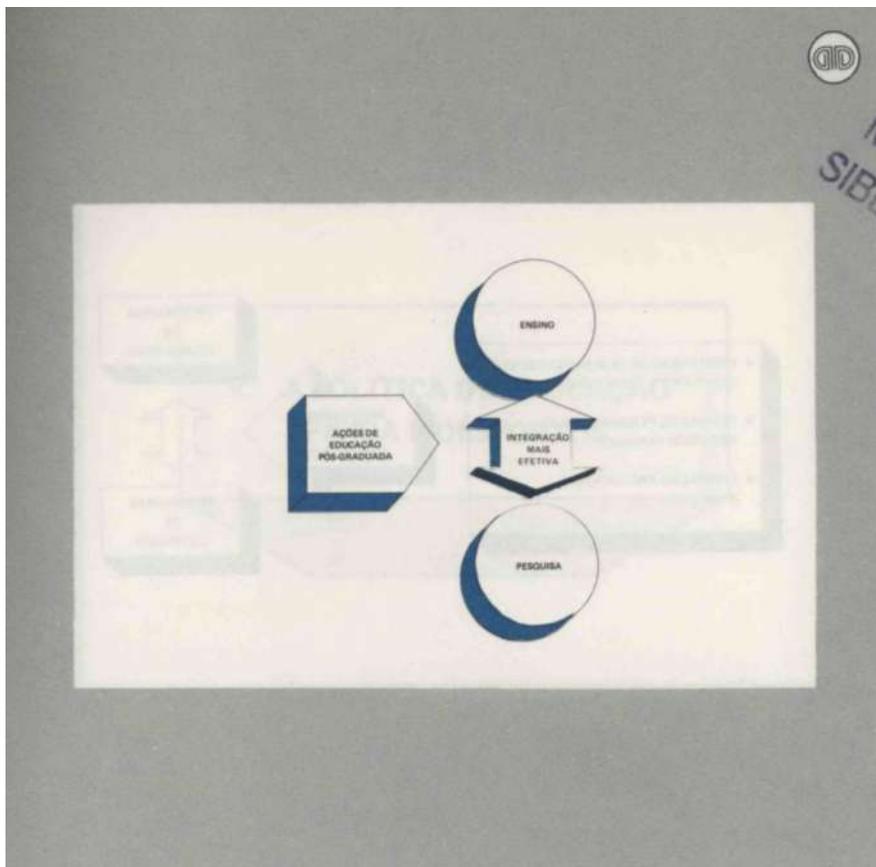
redimensionar a carreira docente, com vistas à sua dignificação; de incentivar as comunidades docente e discente à discussão dos problemas nacionais; de garantir a efetiva participação das universidades na condução do ensino do 1º e 2º graus.

A viabilidade de concretização das diretrizes relativas à educação superior já se faz sentir com os resultados de uma primeira etapa da implantação da atual política. Como produtos embrionários desta fase, podem-se mencionar os estudos para a reestruturação da carreira docente e para a revisão da atual forma de escolha de dirigentes universitários, além de proposta em benefício do refortalecimento do Grupo Magistério Superior e de estudo para implantação de um sistema de Instituições de Ensino Superior Associadas ao Sistema Federal.

Para os próximos cinco anos, foram estabelecidos projetos prioritários, voltados para o aperfeiçoamento da instituição universitária. Esses projetos, em conjunto, abrangem desde o estímulo a experiências curriculares até a integração das universidades com a comunidade, com especial destaque para a divulgação da produção acadêmica.

7. A Pós-Graduação

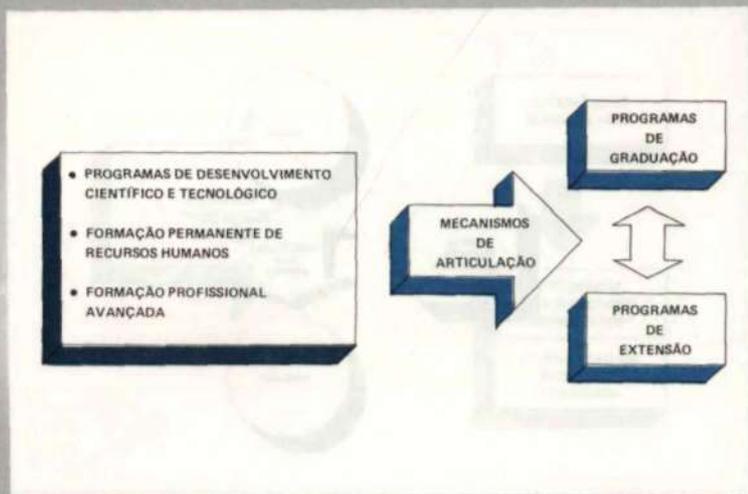
O crescimento acelerado que atingiu o ensino universitário do Brasil nos últimos anos repercutiu, como é óbvio, na pós-graduação, que também sofreu a expan-



são da quantidade em prejuízo da seletividade. Por isso, a política educacional para o nível superior, prioritariamente, desenvolve-se no sentido de manter e fortalecer a pós-graduação, contendo seu crescimento e buscando outras formas mais adequadas às particularidades das instituições e aos interesses do País.

Tal medida visa a fortalecer os centros mais promissores, estimulando-os a experimentar e desenvolver novas modalidades, com a intenção de definir setores prioritários de expansão e aperfeiçoamento nas áreas de desenvolvimento científico-tecnológico.

Com esse propósito, as ações no nível de educação pós-graduada prevêm a integração mais efetiva entre o ensino e a pesquisa. Essa estratégia pressupõe o ajustamento dos programas às necessidades de desenvolvimento científico e tecnológico, de formação permanente de recursos humanos para a constituição de quadros docentes e técnico-administrativos, e de formação profissional para níveis mais avançados. Cuida-se de promover a instalação de mecanismos institucionais de articulação entre estes programas e os de graduação e de extensão.



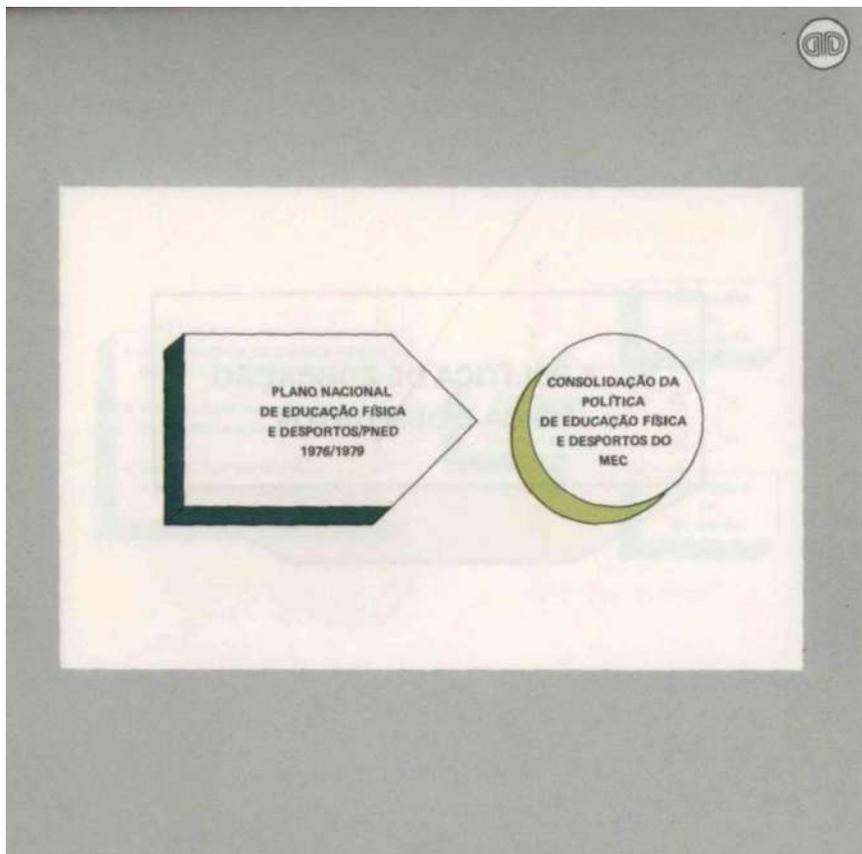
V. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

A política estabelecida para a área de educação física e desportos é decorrente das diretrizes básicas traçadas desde o Plano Nacional de Educação Física e Desportos/PNED para o período 1976/1979.

O PNED resultou da primeira ação centralizada do Ministério, no sentido de definir um sistema brasileiro de vida desportiva que funcionasse como instrumento de democratização de oportunidades, a partir do planejamento social do Governo Federal.

O Plano se propunha a melhorar a *performance* do desporto brasileiro, compreendendo, prioritariamente, as áreas de educação física e desporto estudantil, de desporto de massa e de desporto de alto nível.

A política atual para o setor centra-se na necessidade de atualizar e consolidar o PNED, implantando programas específicos para o atendimento às zonas rurais e periferias urbanas. Trata-se, fundamentalmente, de intensificar as atividades físicas de aperfeiçoamento corporal e de lazer, promovendo a efetiva incorporação dessas

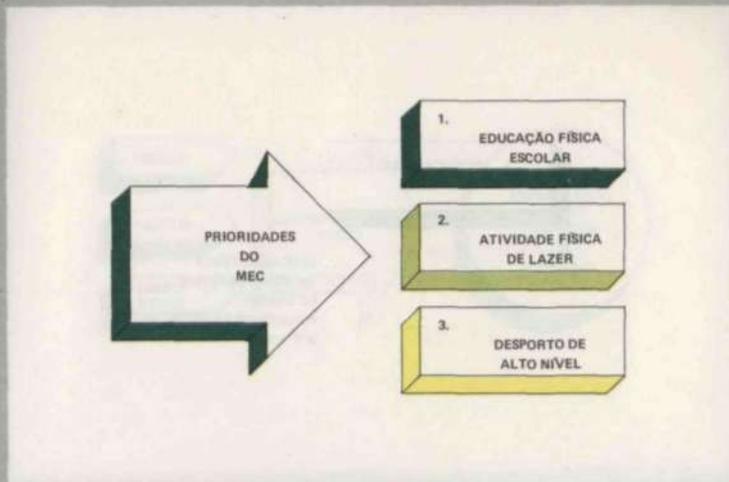


atividades a vida escolar. A isto somam-se o aprimoramento do desporto de alto nível, especialmente nas modalidades olímpicas, e o propósito de desenvolver a comunidade urbana, bem como a decisão de estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.

A educação física e os desportos apresentam-se, sob seus vários aspectos, como um fenômeno social de marcante universalidade. Neles vislumbra o homem moderno a possibilidade de redução dos efeitos do sedentarismo e do imobilismo a que está submetido, em consequência da automatização e insuficiência do trabalho físico, frutos da crescente urbanização e penetração da tecnologia na vida cotidiana. Realmente, de maneira mais decisiva do que no passado, a educação física e os desportos podem e devem contribuir para o desenvolvimento integral da pessoa humana em harmonia com a evolução da sociedade de que participa.

Com base nesses pressupostos, as ações do Ministério para a área são planejadas de forma a realizar a aspiração nacional de maior justiça e mais equânime distribuição das oportunidades sociais. Em consonância com as grandes diretrizes governamentais, essas ações levam em conta os aspectos peculiares aos valores culturais do País e visam ao fortalecimento do esforço geral de educação fundamental, primordialmente orientado para as populações mais pobres.

A política ora desencadeada é essencialmente dirigida para a criança, pois a formação da personalidade do homem do futuro inquieta os responsáveis pela educa-

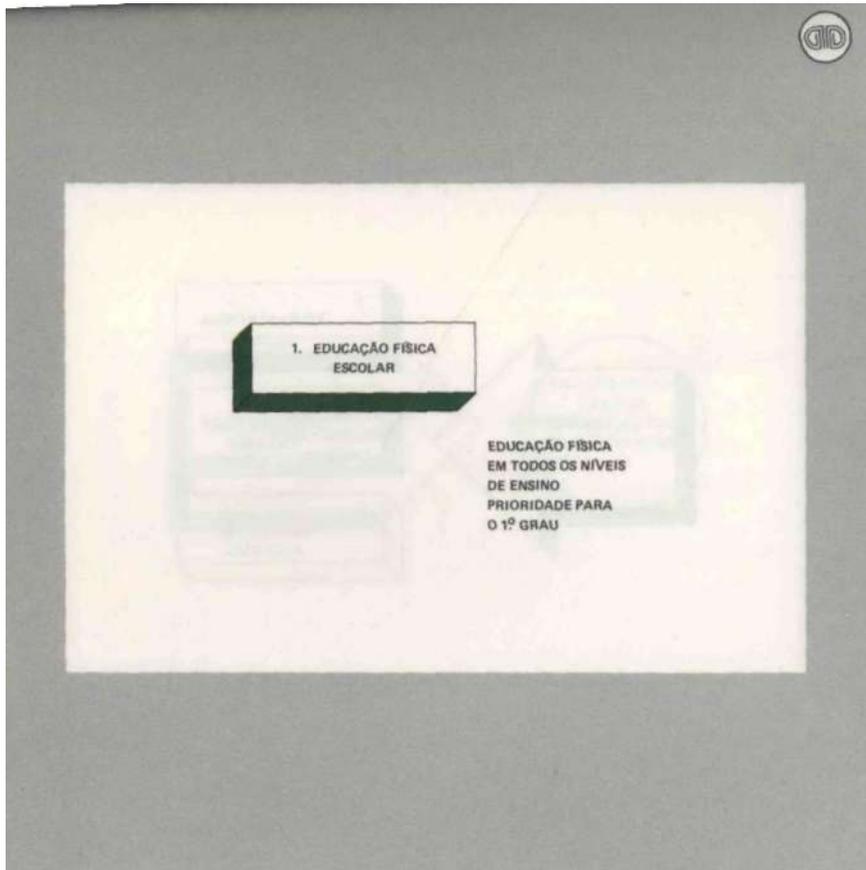


ção. A amplitude do processo educacional exige, no entanto, que a preocupação das autoridades se estenda ao jovem e ao adulto, uma vez que à educação física e aos desportos, dentre suas novas funções na atualidade, cabe a tarefa de contribuir para a preservação da saúde pública.

Face às responsabilidades deste setor educacional com a conservação da saúde, cumpre retirar a educação física e os desportos do seu isolamento momentâneo, para integrá-los ao domínio sócio-cultural. De fato, a importância maior dessas atividades está em que, além de motivações geradas pelo desejo de *performance*, representam elas inestimável contribuição para a organização do lazer, exigência essencial da atual sociedade.

Em linhas gerais, são essas as prioridades do Ministério para o setor, consubstanciadas nos programas de Educação Física Escolar, Atividade Física de Lazer e Desporto de Alto Nível. Na execução dessas atividades, pretende-se desencadear uma ação coordenada com os Estados e Municípios, para melhoria da aptidão física da população brasileira.

A articulação das três áreas consideradas faz-se necessária, de vez que a educação física escolar representa a causa e o desporto de alto nível o efeito, ficando em posição intermediária a atividade física de lazer.



1. Educação Física Escolar

A Educação Física Escolar busca oferecer condições necessárias ao cumprimento da obrigatoriedade da educação física e da prática esportiva em todos os níveis de ensino, com prioridade para o de 1º grau.

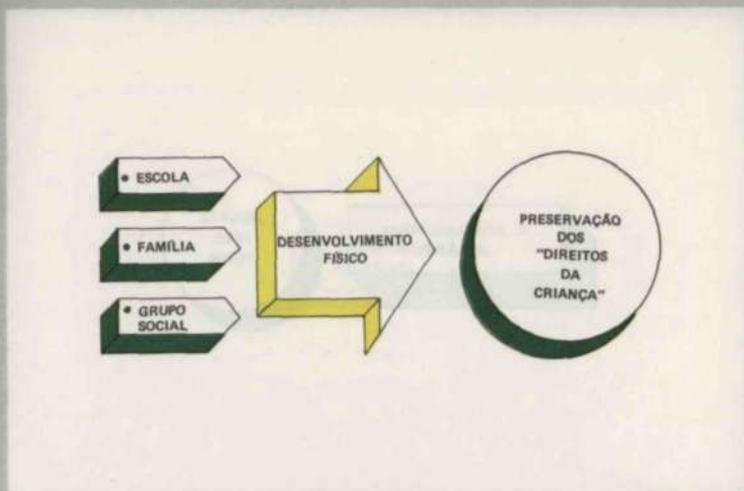
A escola, sem dúvida, é o centro para onde devem convergir as ações do processo educacional. Por isso mesmo, a primeira linha de atuação na área de educação física e desportos direciona-se para a atividade escolar.

A atividade física, nos dias atuais, é destacada como meio educativo privilegiado, porque abrange o ser humano na sua totalidade.

A perfeita integração do homem na vida de adulto depende, em grande parte, da adequação da programação escolar. Assim, a educação física e os desportos surgem como elemento decisivo para um equilibrado desenvolvimento psíquico e orgânico, além de assegurarem uma fonte permanente para o despertar de vocações desportivas.

Esse caráter aglutinador da atividade física para a unidade da educação, reconhecido universalmente, objetiva o equilíbrio e a saúde do corpo, a aptidão física para a ação e o desenvolvimento dos valores morais.

Por outro lado, a preservação dos "Direitos da Criança", afirmados na declaração de 20 de novembro de 1959, na Assembléia Geral das Nações Unidas, dependerá



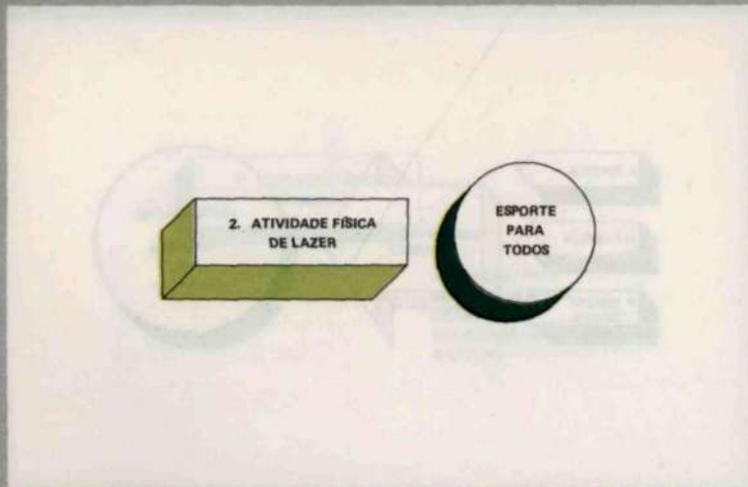
das oportunidades de desenvolvimento físico que a escola, a família e o grupo social possibilitarem à criança. Esse desenvolvimento há de ser alcançado através de sistemático programa de Educação Física ao mesmo tempo instrutiva e lúdica, concebida em função das necessidades e possibilidades de formação escolar.

Tal como ocorre nos demais domínios da educação, a criança deve ser colocada progressivamente em situação de proceder à livre e adequada escolha de atividades desportivas, com a finalidade de se preparar convenientemente para a vida adulta, no que se refere à formação física. Assim, estão sendo adotadas medidas com vistas à inclusão de efetivos cada vez maiores na prática de educação física, desde as séries iniciais de escolarização.

2. Atividade Física de Lazer — Esporte para Todos

O grande público brasileiro, por motivos peculiares à vida moderna, não passa de simples espectador nas competições desportivas. O lazer se resume em assistir a espetáculos que não levam ao grande público os benefícios educacionais, culturais e de saúde inerentes à prática de atividades físicas, desportivas e recreativas.

Essa situação agrava-se quando se consideram os múltiplos e complexos problemas que têm surgido com o afluxo desordenado de pessoas para os grandes centros urbanos. Como resultante do processo de urbanização, afloram as doenças da civili-



zação, sobressaindo, no testemunho de especialistas, os problemas circulatórios e psicológicos, o aumento do consumo do álcool e do fumo, o uso de tóxicos e, sobretudo, a ausência de movimentos, determinada pelas facilidades tecnológicas.

Se os grandes centros apresentam problemas advindos com o processo de urbanização, a situação nas áreas rurais também não é animadora. Aí é generalizada a ocorrência da pobreza absoluta, subnutrição, endemias, carências infra-estruturais, condições típicas do subdesenvolvimento que, de resto, se estendem aos contingentes populacionais das periferias urbanas.

Determinado a contribuir para a alteração desse quadro é que o MEC vem atuando na área da atividade física de lazer. Em todo o País, têm sido realizados programas de "Esporte para Todos", com a intenção de desenvolver a aptidão física do povo brasileiro e facilitar as condições de lazer para todas as faixas etárias, nos diversos níveis sociais.

Com esse propósito, a ênfase da política governamental está concentrada na mobilização da população para a prática de atividades físicas, desportivas e recreativas, levando em conta suas potencialidades e suas necessidades.

O desporto de massa, graças às perspectivas que se abrem com a repercussão e aceitação de que ora desfruta, destina-se a ser o elemento de ligação entre a educação física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular.



3. Desporto de Alto Nível

O desporto constitui meio educativo dos mais eficazes, devido ao espírito de disciplina e lealdade que inspira. A sua prática, sob as mais diversas formas, tem contribuído, através da História, para a consolidação dos valores morais e culturais dos povos. Assim, em sentido social mais amplo, constitui mecanismo relevante da política educacional, no que respeita à solução para os problemas da vida moderna.

Entendido como função de terminalidade no processo educacional, o desporto de alto nível, por ser seletivo, deve ser equacionado de forma gradual e contínua para que, a médio e a longo prazo, possa o Brasil fortalecer sua presença nos acontecimentos desportivos mundiais.

Os resultados significativos que vêm ocorrendo devem-se a iniciativas isoladas, envolvendo desportistas de excepcionais condições biopsicológicas. Por isso, a concentração de esforços deve ser permanente e voltada para a busca e a afirmação dos valores já revelados no desporto estudantil, militar, classista e comunitário.

Inegavelmente, é através dessas medidas que se poderá chegar à constituição de um segmento mais avançado de atuação dos grupos nacionais nas competições internacionais.

É, pois, com o propósito de aperfeiçoar, promover e desenvolver o desporto de alto nível que estão sendo fixadas linhas de ação destinadas à identificação preçõ-



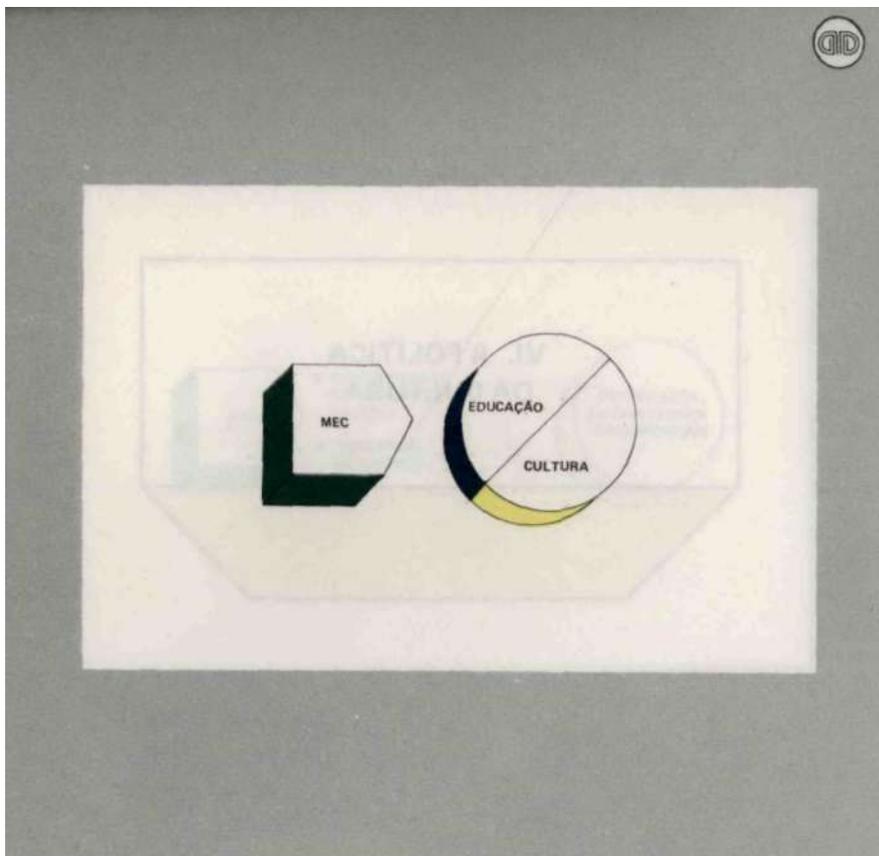
ce de valores, apoiando-os social e economicamente e possibilitando ao Brasil a participação em competições com centros desportivos adiantados de todo o mundo.



A intenção de manter em equilíbrio o binômio educação/cultura está sendo amplamente ressaltada na política traçada pelo Ministro Eduardo Portella. Nunca será demais insistir que educação e cultura constituem partes de um mesmo processo, equivalendo-se ou suplantando-se, conforme a perspectiva em que se coloca o observador.

É a educação que serve de instrumento para a variedade de formas em que a cultura se manifesta. Também funciona ela como meio para a posse de noções ou conhecimentos relativos aos bens culturais. Mas, instrumento ou meio, a educação realiza objetivos culturais e, por isso, educação e cultura completam-se.

O desenvolvimento cultural necessita, portanto, ser tomado no contexto da criatividade, com ênfase na contribuição popular. Por isso, qualquer iniciativa deve ser precedida de diagnóstico da situação regional, para, em seguida, ser alcançada a unidade nacional. A unidade na variedade é a melhor forma de encaminhar a preservação e o progresso dos valores culturais, integrados na educação, que os deve dina-



mizar mediante a interpretação do universo a que serve.

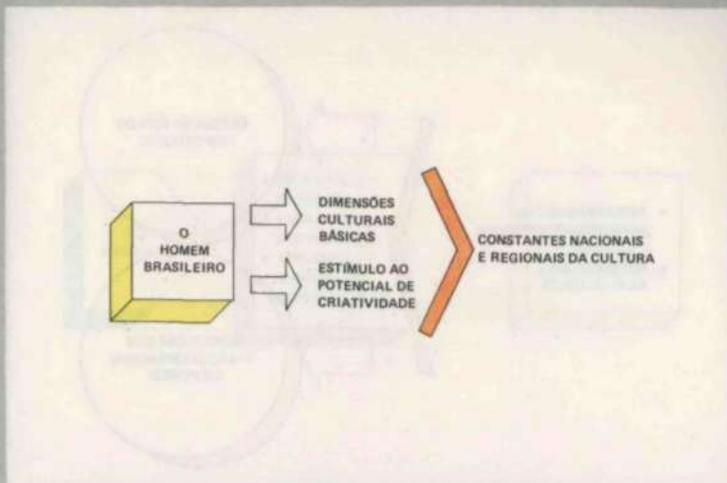
Patenteada a necessidade de integração da cultura no ideal e nos processos educativos, segue-se a formulação do Programa de Desenvolvimento Cultural, como condição essencial para a democratização da vida brasileira, direcionado aos setores menos favorecidos da população, e comprometido com o conhecimento, a preservação e a dinamização dos valores básicos do povo.

Assim, o programa, atento às carências educacionais das áreas rurais e das periferias urbanas, volta-se para a correta integração sócio-cultural dos currículos, dos sistemas pedagógicos e do calendário escolar, considerando ainda o sistema formal de ensino como agente fundamental para a formação de expectativas e hábitos de consumo de bens culturais.

A história de um povo é contada através de sua cultura, e, por isso, um desenvolvimento global equilibrado pressupõe também um desenvolvimento cultural harmônico.

Num país como o Brasil, que alia a sua grande extensão territorial à existência concomitante de diversos estágios de desenvolvimento, as manifestações culturais expressam-se de forma muito variada. Essa pluralidade de iniciativas e formas culturais, em termos sociais, raciais, simbólicos e regionais, deve ser preservada, pois são essas manifestações que representam as constantes identificadoras da cultura nacional.

A programação setorial não pode ignorar tais aspectos. O planejamento das ações tem que se assentar na realidade, para que o complexo sócio-histórico-cultural



brasileiro seja motivado no seu potencial criativo, consolidando sua nacionalidade.

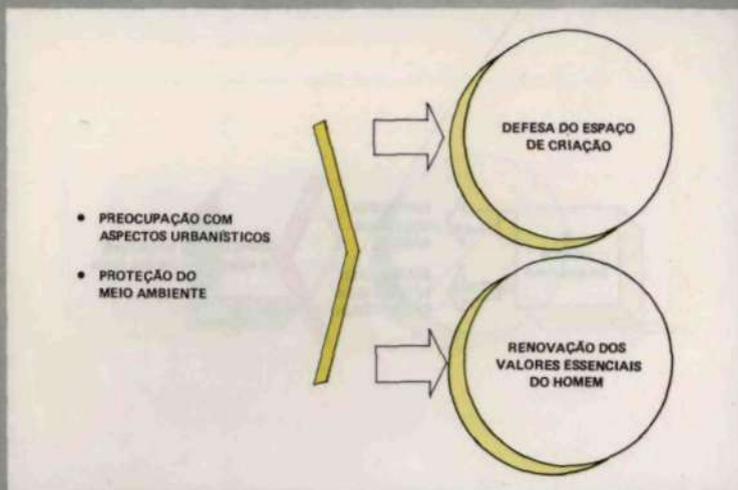
Com base nesses pressupostos, as diretrizes norteadoras da política ministerial dirigem-se para o conhecimento do homem brasileiro, considerado em suas dimensões culturais básicas, bem como no estímulo ao seu potencial de criatividade, com o intuito de determinar as constantes nacionais e regionais da nossa cultura, preservando-as, fortalecendo-as e generalizando-lhes o acesso.

Para isso, não só deve ser preservado o patrimônio histórico, artístico e arqueológico, mas também é preciso despertar a consciência nacional para a relevância do meio físico-urbano-cultural como identificação dos traços peculiares do povo e das regiões.

No que concerne às áreas de expressão de Cultura a serem atendidas na programação do MEC, tais como literatura, artes plásticas e visuais, produção teatral, cinematográfica e musical, a intenção é promover novos valores, apoiando a pesquisa.

As manifestações folclóricas surgem como marcante veio cultural. Por isso, estão sendo criados estímulos à pesquisa e à divulgação da literatura oral, incluindo a de cordel, ao lado do reconhecimento e da preservação das atividades lúdicas e artesanais, da música e da linguagem popular e das contribuições étnicas à formação da cultura brasileira.

A par dessas atividades, vem a ampliação e a proteção do Estado para os bens



simbólicos do passado histórico, artístico e arqueológico e os que se relacionam com o espaço vital e a qualidade de vida da população, ressaltando as expressões culturais que representam meio de subsistência.

No entanto, a necessidade de se dar à cultura nacional uma dimensão inovadora e condizente com sua importância para a personalização do homem brasileiro não significa interferência no processo criador, nem tampouco cerceamento deste. O respeito à liberdade de criação é fundamental para as manifestações espontâneas de atitudes e movimentos culturais.

Como já se disse antes, a cultura não pode ser dissociada da educação e, por isso mesmo, ênfase especial está sendo dada à articulação da atividade cultural com o processo ensino-aprendizagem, já que a cultura é, antes de mais nada, educação permanente e ambiente próprio da educação na perspectiva da criatividade.

Em linhas gerais, portanto, vê-se que prevalece o caráter humanista das manifestações culturais sobre os aspectos retóricos e formais de cunho restrito e estático.

Nesse sentido, o processo cultural deve estar profundamente comprometido com as condições de vida da população. A preocupação com os aspectos urbanísticos e a proteção do meio ambiente representam a defesa do espaço de criação, a preservação e a renovação dos valores essenciais do homem.

Por outro lado, as contribuições de outros povos e os avanços tecnológicos também precisam ser levados em conta, sem, contudo, perder-se de vista a necessi-

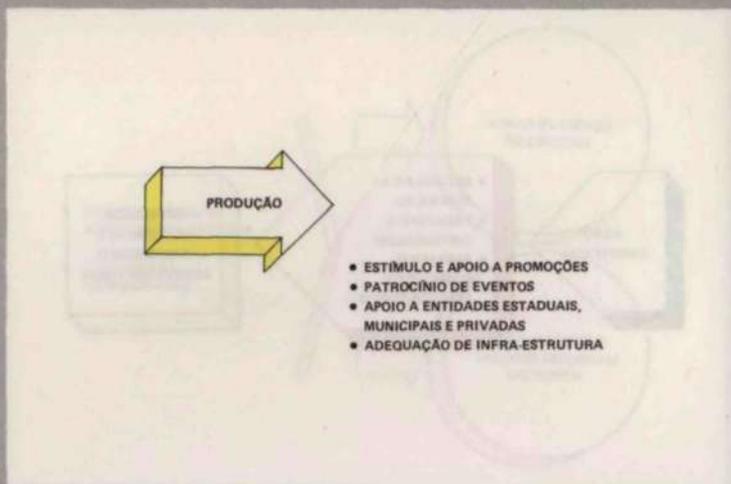


dade de defender o caráter nacional e os valores genuinamente brasileiros. O contato com padrões estrangeiros, difundidos através de mecanismos de comunicação, deve servir, tão-somente, como forma de enriquecimento e de visão universal do desempenho cultural do homem, independentemente de limitações de tempo e de espaço.

Mas a função da cultura não se restringe à preservação de valores. Há que se reproduzir, transmitir e disseminar o acervo cultural, tornando-o parte de nossa vida diária. Estimular a produção, facilitar a distribuição e ampliar o consumo de bens culturais são requisitos imperiosos. Por isso, a programação em curso pode ser distribuída segundo três planos de atuação: produção, distribuição e consumo, fórmula já consagrada pelo Ministro Eduardo Portella.

Considerando a produção, a ação cultural deve partir de algumas premissas básicas. Uma delas é que o Estado pode assumir papel decisivo no desenvolvimento do setor, proporcionando meios para o estímulo e o crescimento das manifestações e contribuindo para a expansão das diferentes formas e matizes culturais do País.

Segue-se daí a necessidade de definição e o desenvolvimento de ações orientadas para o conveniente aproveitamento dos recursos humanos e materiais ou bens culturais locais, atraindo-os a pólos de alcance central, a partir dos quais seja possível planejar uma atividade própria para cada região. A isto deve-se acrescentar uma função de agentes e agências, instrumentando-os com recursos técnicos, financeiros ou materiais, para que se tornem os efetivos animadores culturais em qualquer lugar.



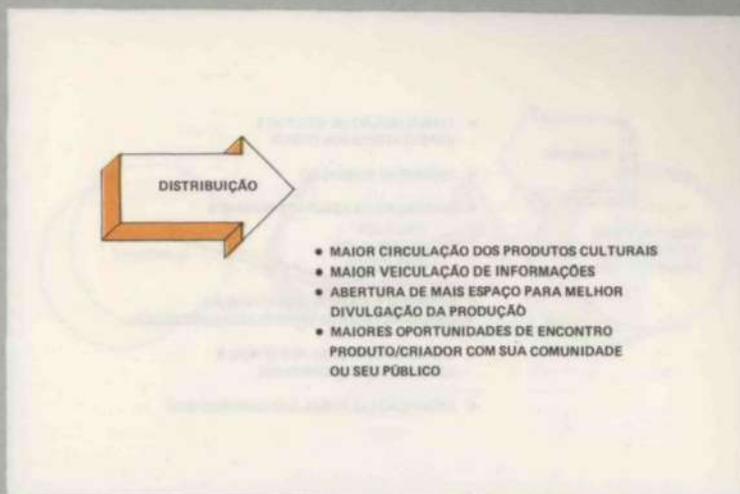
A atuação no campo da produção se desenvolve, portanto, com vistas ao estímulo e ao apoio de atividades culturais, ao apoio às entidades estaduais, municipais e privadas e ao estabelecimento de infra-estrutura adequada, que contribuam para dar condições de produção ao trabalho cultural.

Com esse estímulo, objetiva-se dar maior força ao produtor e não ao produto. A quantidade deve ser preterida em favor da promoção de valores novos e da abertura de linhas alternativas de produção fora do sistema empresarial. Também é importante que se amplie o mercado de trabalho para profissionais das diferentes áreas e se promovam pesquisas e estudos das formas e condições da produção, bem como das linhas de progressão de nossa cultura, para o conhecimento de nossas próprias raízes.

O incentivo à produção de bens culturais é igualmente demandado, quer se trate de cultura erudita, quer de cultura popular. Mas esse apoio deve estar ligado à constituição de um mercado vasto e flexível. Daí a necessidade de uma atuação capaz de dinamizar os circuitos de distribuição, a fim de se acompanhar e alimentar o processo de democratização cultural.

A distribuição constitui a forma de circulação ou veiculação da produção artística, didática ou informativa, dentro dos limites existentes ou com abertura de novas possibilidades de acesso ao consumidor real ou potencial.

No campo da distribuição os atos têm como pressuposto a noção do desafio

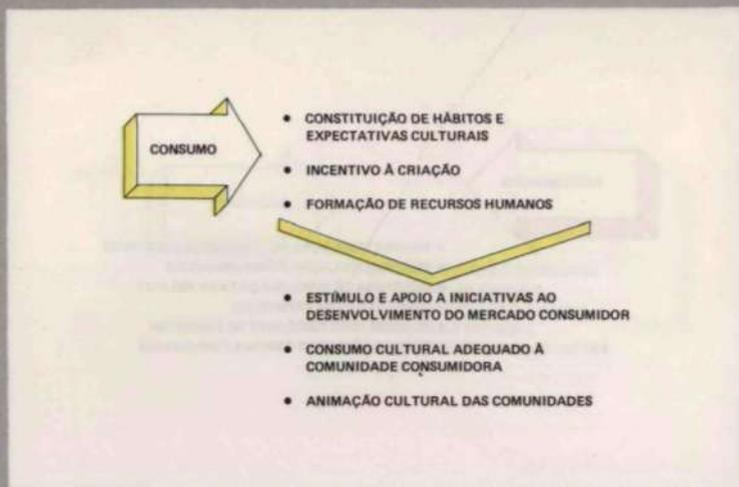


que representa a grande extensão territorial e a diversificação cultural com diferentes camadas sócio-culturais dentro das mesmas regiões ou diferenças regionais dentro de uma mesma camada social. Essa circunstância exige uma visão pluralista e global, bem como a implantação e a dinamização de toda uma rede de agentes e equipamentos para cada um dos setores de atividades.

Por outro lado, ao MEC deve caber uma função coordenadora neste campo, agindo em nível nacional ou regional; revelando, estimulando e assegurando qualquer manifestação que constitua traço de identidade do País, das comunidades ou de grupos sociais e étnicos, bem como dos valores e formas que expressam sua autenticidade.

No campo da distribuição, os atos têm como pressuposto a noção do desafio das ações. Primeiramente, considera-se a necessidade de expansão das oportunidades de acesso à cultura através de maior circulação dos produtos culturais, maior veiculação de informações, ampliação de espaço para melhor divulgação da produção, e a criação de maiores oportunidades de encontro do produto/criador com sua comunidade ou seu público.

Outra linha a considerar, relativa à visão qualitativa, é a que imprime duplo sentido à distribuição. O primeiro, dirigido às diferentes regiões, destina-se a assegurar a necessária unidade entre planejamento e ação. O segundo, dirigido das diferentes regiões para o MEC, tem por objetivo garantir um não-dirigismo e não-vertica-



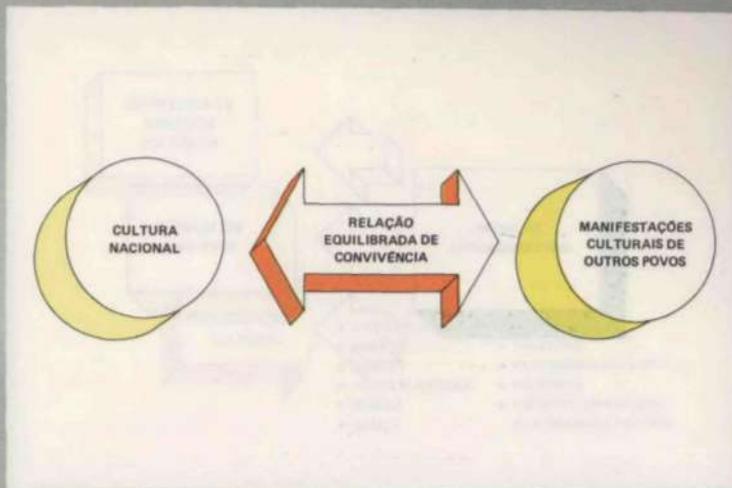
lismo, e promover a descentralização e a interiorização exigidas por nossas necessidades e contradições culturais.

É igualmente na sedimentação e aprofundamento dessas novas tendências que ora se intenta adequada distribuição dos produtos culturais e melhor aproveitamento dos existentes pelas próprias comunidades, e contato com diferentes formas culturais que possam estimular a própria criação.

Às ações de incentivo à produção e de estabelecimento de vias de distribuição devem ser acrescidas as de incentivo ao consumo. A constituição de hábitos e expectativas culturais está sendo explorada por meio de atividades integradas ao ensino de 1º grau, já que se trata de resultados a longo prazo e que dependem de uma estruturação fundamentada em bases sólidas, sob pena de não atingirem parcela significativa da população.

O homem brasileiro precisa habituar-se a consumir a cultura em sua vida diária. Para isso, e preciso estimular a produção, facilitar a distribuição e ampliar o consumo, através de alento à criação nos diversos campos das letras, das artes, da ciência e da tecnologia, proporcionando a formação de recursos humanos tanto para produzir quanto para ministrar programas culturais. Interessa, nesse sentido, franquear o acesso à cultura para formação crescente de público.

O consumo representa a criação ou ampliação de um mercado capaz de absorver o produto posto em disponibilidade, assim como os demais meios que contribuam



para fazer chegar o produto artístico-cultural aos diferentes locais ou públicos a que se destina.

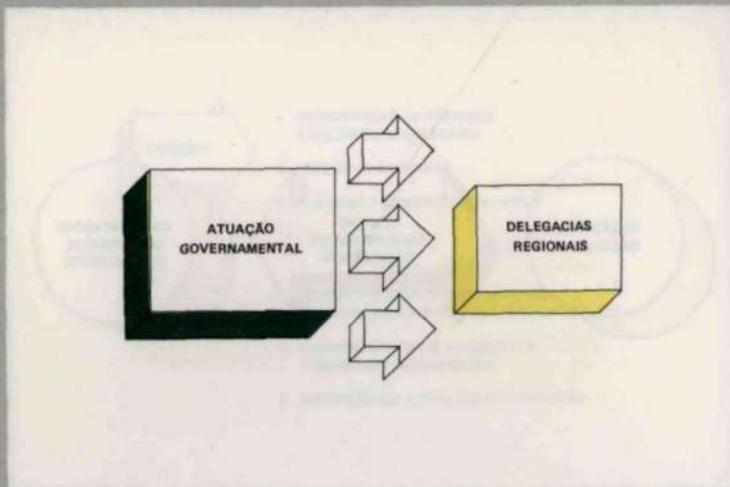
No tocante ao consumo, pressupõe-se, ainda, que é o consumidor o elemento básico da própria ação cultural, cuja eficácia poderá ser medida pela satisfação de suas necessidades e interesses.

Daí a noção de que o Estado exerce uma ação realmente produtiva e fecunda ao desestimular cada vez mais um consumo passivo, eventual e não-significante, substituindo-o por uma atividade que una os agentes criadores ao seu público.

A atuação nesse campo desenvolve-se com vistas ao estímulo, ao apoio, à promoção de iniciativas que favoreçam a abertura ou a expansão do mercado consumidor, seja envolvendo o produto — preços mais baixos, horários diversos, locais de mais fácil acesso —, seja abrangendo o consumidor — atendimento às diferentes faixas de público.

Paralela a essa expansão quantitativa, prevê-se uma atuação qualitativa baseada numa óptica de consumo que procure satisfazer às necessidades e interesses da comunidade consumidora, utilizando, para isso, o concerto didático, os espetáculos seguidos de debate, o contato do público com artistas, além de outros recursos.

Acentuando ainda mais essas diretrizes, cuida-se de utilizar a animação cultural como meio de desenvolver formas específicas e mais duradouras de participação, nas quais a própria noção de consumo receba nova dimensão e densidade, Esse processo

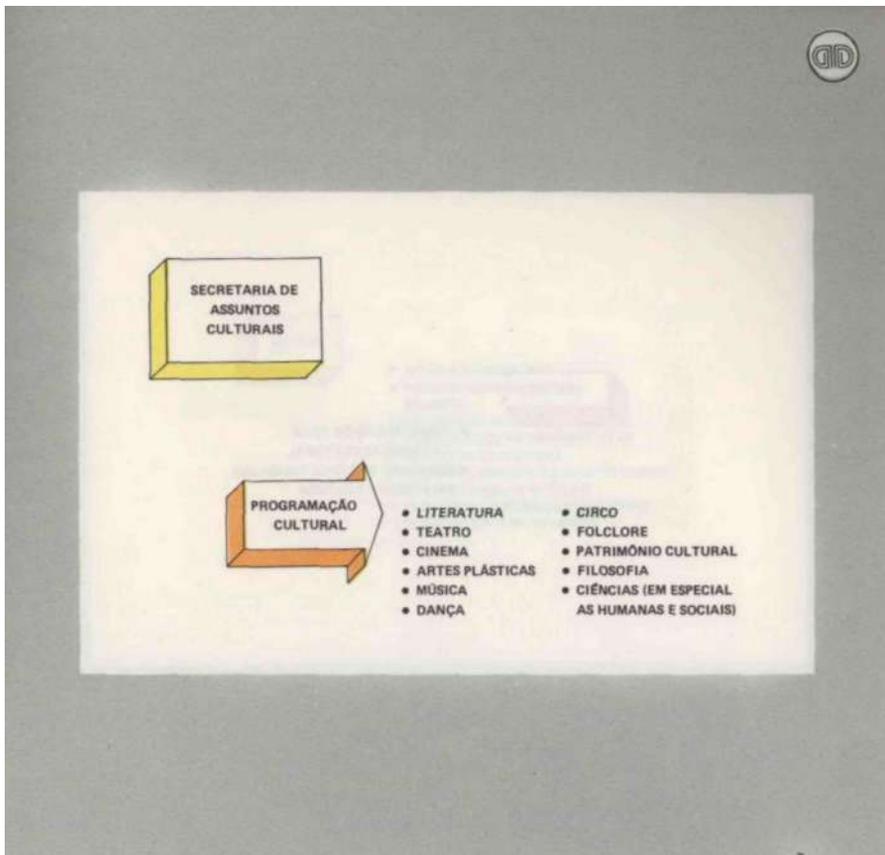


prevê o envolvimento de toda a comunidade, mediante a utilização de animadores locais e de todos os órgãos comunitários possíveis, como prefeitura, igreja, escolas, clubes e associações.

A feição nacional da cultura como expressão do povo brasileiro está sendo garantida com a preservação e a defesa de valor cultural. É vez de abrir o horizonte para os aspectos ligados ao conhecimento e uso adequado dos traços indicativos da unidade nacional. A par do significado que deve ser dado à cultura popular, insere-se a importância dos grandes movimentos internacionais como forma de enriquecimento. A cultura nacional e as manifestações de outros povos devem manter uma equilibrada relação de convivência, de forma tal que sejam preservados e cada vez mais vinculados os traços nacionais, sem prejuízo para o intercâmbio com o exterior.

Outro ponto importante da política cultural diz respeito à captação de recursos humanos. O mercado de trabalho é sabidamente carente neste aspecto. Por isso mesmo, a matéria está merecendo tratamento especial dentro das prioridades estabelecidas.

Do ponto de vista estrutural, a atuação do MEC está passando por uma fase de descentralização, que se caracteriza pelo envolvimento maior das Delegacias Regionais na programação setorial, com o objetivo de se inverter o processo de oferta cultural até agora dominante. Assim, espera-se substituir a oferta pela demanda, evitando-se o colonialismo cultural interno, que impõe, de modo geral, valores cosmo-



políticas dos centros urbanos às populações rurais ou periféricas.

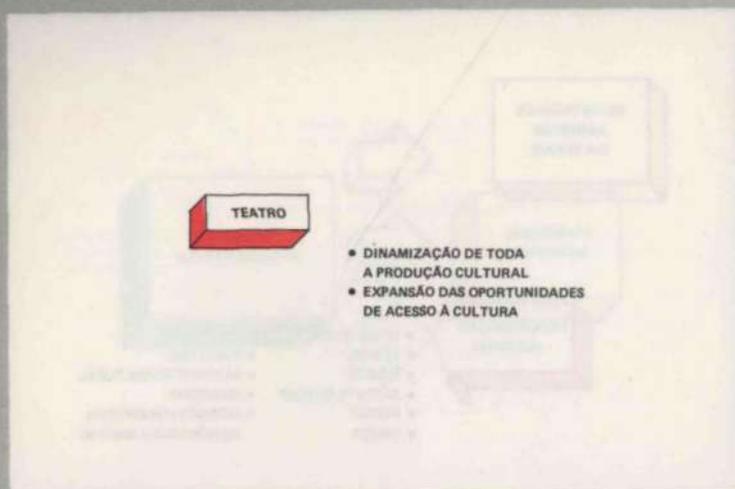
Nessa perspectiva, especial atenção será dada à região Norte-Nordeste, que, de resto, reflete o compromisso da política social do Governo com as áreas e os grupos sociais menos favorecidos.

É, pois, com apoio nessas diretrizes que estão sendo implantados os programas culturais a cargo da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.

A cultura, dada a amplitude e a complexidade de que se revestem as suas manifestações, está exigindo uma diversificação acentuada na programação a executar. Esta programação distribui-se em áreas como teatro, circo, dança, cinema, música, artes plásticas, folclore, literatura, patrimônio cultural, filosofia e ciências, em especial as humanas e sociais.

No tocante ao teatro, é preocupação manter uma política capaz de relacionar e integrar essa atividade ao contexto cultural brasileiro, provendo as necessidades básicas de dinamização de toda a sua produção e de expansão das oportunidades de acesso, de modo a atribuir-lhe o valor de um investimento dos mais produtivos, considerando os recursos humanos como fator essencial de progresso.

Por isso, cumpre diversificar as atividades, cobrindo todas as áreas e setores das artes cênicas, multiplicando e ampliando cada vez mais seus pólos de irradiação, dos maiores centros para todo o território nacional.



Com a finalidade de estimular o autor teatral e formar uma dramaturgia de raízes brasileiras, estão sendo desenvolvidos concursos e cuida-se da organização de um banco de peças.

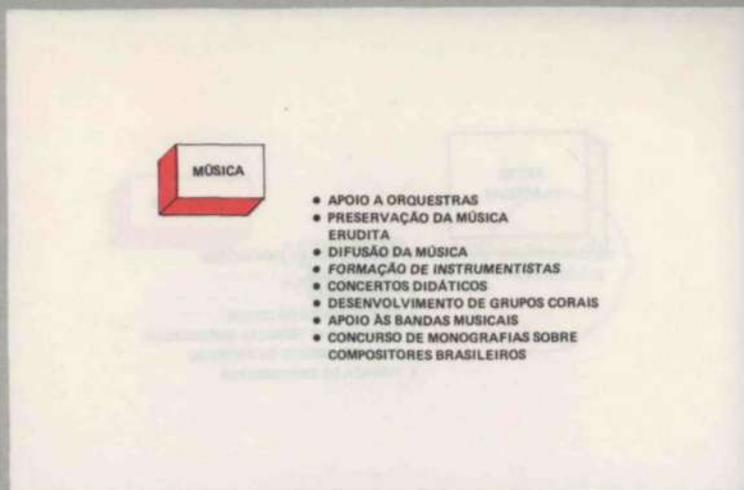
Quanto ao espetáculo, as ações orientam-se para a divulgação, a premiação, o patrocínio e o financiamento de montagens, os auxílios a excursões pelo País e o apoio ao teatro amador.

O teatro experimental também está recebendo atenção, com programas de implementação de atividades, irradiação dessas atividades a outras regiões, e intercâmbio ensejado pela mostra anual de espetáculos.

O preparo técnico e profissional nesta área vem sendo ativado pelos cursos para a formação de professores, atores, técnicos, bem como de informações sobre o teatro, além da publicação de manuais técnicos ou profissionais e da realização de seminários avaliativos.

Deve-se destacar, ainda, como elementos de reforço ao setor, o Projeto Memória do Teatro Brasileiro, iniciado em 1976 e que se propõe a pesquisar e a documentar a atividade cênica nacional, e o Projeto Criança, que surgiu com a finalidade de dar ao teatro infantil um tratamento mais compatível com a sua importância na formação da nossa gente e que presentemente realiza uma programação especial em comemoração ao "Ano Internacional da Criança".

Complementando a atuação no campo das artes cênicas, o MEC conta, final-



mente, com projetos específicos na área de circo, de dança e de teatro de bonecos.

Para a área da música, sobressaem as iniciativas destinadas a apoiar e preservar as orquestras já existentes e implantar outras, em todo o território nacional.

A preservação da música erudita situa-se, também, dentre as preocupações do MEC, que promove, agora, o levantamento de todo o acervo do setor para a constituição de um arquivo fonográfico.

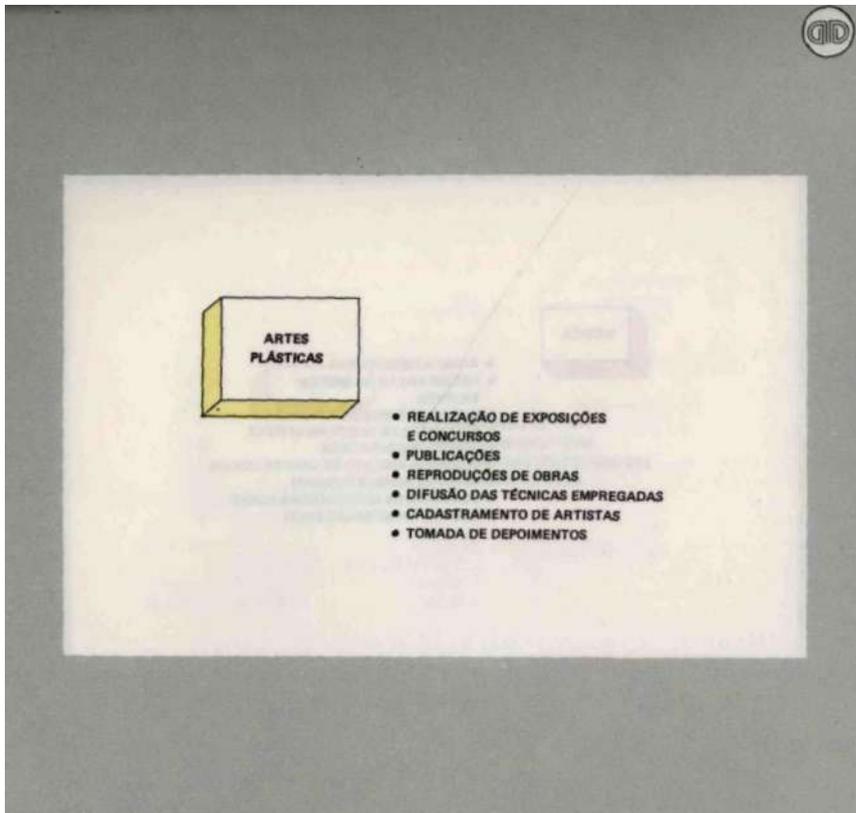
Na programação voltada para a difusão da música, mantém-se o Projeto Concertos para a Juventude, que consta de programas pela televisão, possibilitando informação musical e divulgação da música e de artistas em todo o território nacional.

Para estimular a formação de instrumentistas musicais e a preparação de profissionais para a fabricação de instrumentos, existe o Projeto Espiral, destinado a menores da faixa de 8 a 18 anos de idade e selecionados através dos órgãos encarregados de administrar os núcleos.

Ainda para se atingir a faixa escolar de 1º e 2º graus, desenvolve-se uma programação de concertos didáticos, objetivando formar novas platéias para o consumo e novos contingentes de músicos amadores e profissionais.

O MEC também vem dinamizando e apoiando conjuntos corais já existentes, fortalecendo a constituição e o preparo de grupos de crianças e jovens, e realçando a sua importância junto às comunidades.

As bandas musicais são outra preocupação. Estão sendo atendidas na progra-



mação cultural, através de apoio às suas atividades e estímulo à formação de novos grupos.

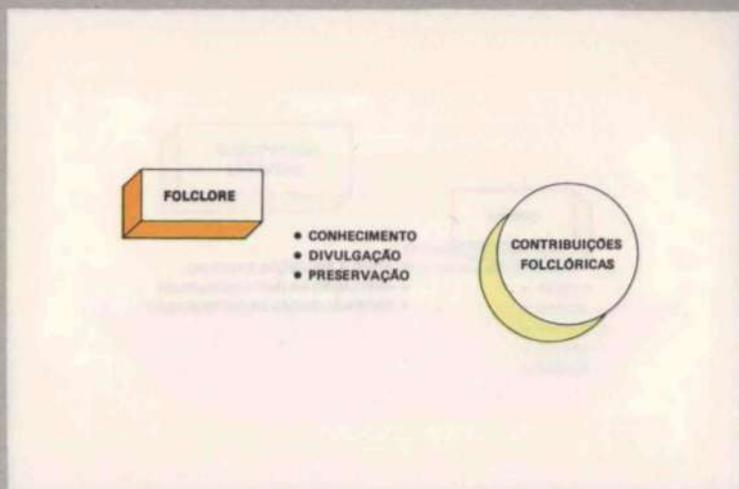
Para incentivo aos estudiosos de nossa música, há várias promoções, tais como concurso de monografias sobre compositores brasileiros, instalação de galeria fotográfica, levantamento e aquisição de obras alusivas à cultura brasileira.

Para a música-popular, cuida-se da edição da série Música Popular Brasileira, constando de uma coleção de 10 discos que estão sendo enviados ao exterior. A divulgação de artistas locais está sendo alcançada com a Feira Pixinguinha.

Outra atividade importante é o Projeto Pixinguinha, que visa à promoção do artista brasileiro, pela abertura de mercado de trabalho e pela divulgação do repertório nacional, reativando o mercado com matéria-prima de bom nível. As apresentações são feitas em horários ociosos dos teatros e a preços reduzidos, o que possibilita a criação de novas platéias e a formação de hábito cultural para um público potencialmente abordável.

Nas artes plásticas, as ações voltam-se para a realização de exposições e concursos, publicações e reproduções das mais importantes obras, através de coleções de diapositivos, *posters* e cartões postais. Outra atividade é a difusão das obras e das técnicas empregadas pelos artistas plásticos junto a alunos de 1º grau.

A programação, nessa área, ainda envolve cadastramento de artistas, tomada de depoimentos orais de artistas ou pessoas ligadas às artes plásticas — exposição de

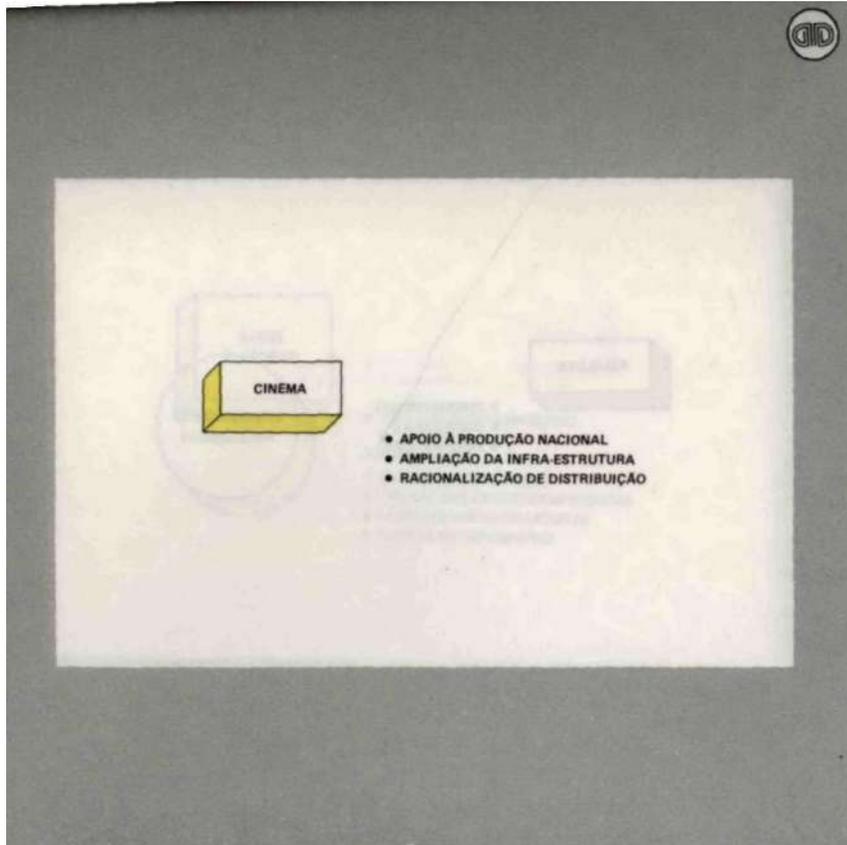


trabalhos de crianças e adolescentes até 17 anos — e realização de exposições de arte.

Merece destaque, ainda, a realização de Festivais de Arte, que visam a valorizar o que a comunidade local cria ou pode criar, atendendo às suas condições de produção e carência existentes, promovendo cursos de informação e de reflexão sobre a cultura, variando o enfoque em função da clientela específica de cada festival.

Outra área de atuação é a que diz respeito ao conhecimento, divulgação e preservação das contribuições folclóricas. Essas atividades estão sendo efetuadas pelo estímulo à pesquisa e à divulgação da literatura oral, incluindo a de cordel, reconhecendo e preservando as atividades lúdicas e artesanais, a música, a linguagem popular e as diversas contribuições étnicas à formação da cultura brasileira.

Entre a programação, enfatizam-se a criação de museus do folclore e de uma biblioteca especializada, a realização de pesquisas para a documentação das diversas manifestações de cultura popular, as exposições para divulgar as artes e o artesanato folclórico e a promoção de exposições periódicas, de concursos, de registro e documentação de rituais. Também cuida-se do incentivo à produção, da elaboração de atlas folclóricos, da edição de publicações e da realização de cursos e de festas para divulgar as manifestações folclóricas com vistas a dotar o País de uma sólida base para o desenvolvimento da cultura popular.



No que diz respeito ao cinema, há intensa programação, com a finalidade de dar ao cinema nacional condições compatíveis com o desenvolvimento cultural do nosso País. A intenção é apoiar a produção nacional, tornando-a cada vez mais competitiva, através da ampliação de sua infra-estrutura, da racionalização dos circuitos de distribuição, do incentivo à produção de filmes de curta e longa-metragem em escala crescente e do favorecimento à exibição do filme nacional.

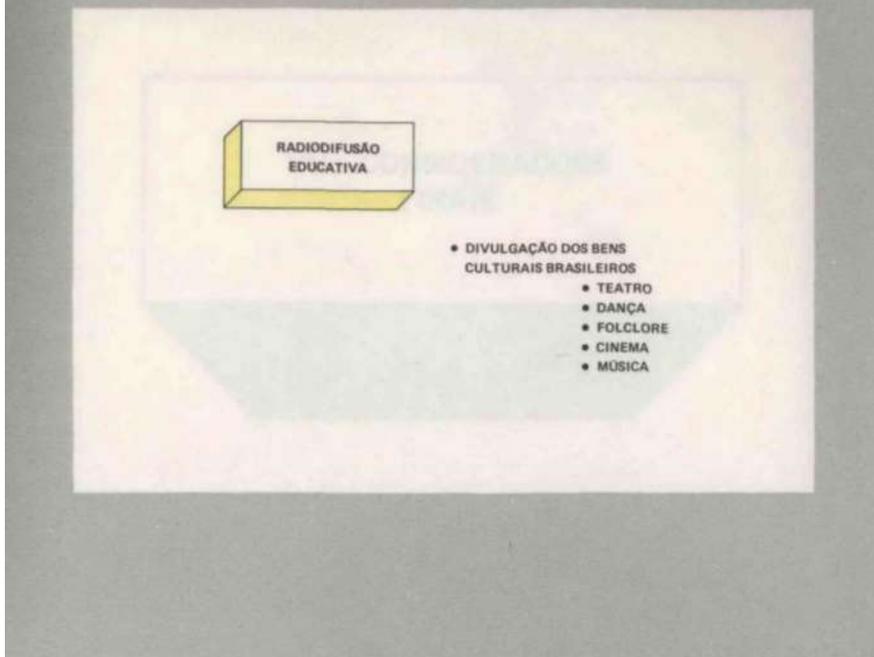
Nesse sentido, devem-se destacar as realizações das "Semanas do Cinema Brasileiro", acontecimento que vem atingindo, prioritariamente, o público da América Latina e da África. Nessa mesma linha, o MEC promove a mostra "80 Anos de Cinema Brasileiro", que está sendo levada à Europa, com previsão de estender-se à África.

Os festivais nacionais destinam-se a divulgar, no País, as novas produções cinematográficas.

No que se refere ao patrimônio cultural, as ações voltam-se para a sua proteção e utilização condizente com o papel ativo e disseminador de valores que os sinais visíveis da memória nacional devem ter na continuidade da vida brasileira.

O propósito da intervenção governamental nesse caso é proteger os bens que simbolizam o passado histórico, artístico e arqueológico, e os que se relacionam com o espaço vital e a qualidade de vida da população, sejam urbano, arquitetônicos ou paisagísticos.

Com esse objetivo, desenvolvem-se campanhas de informação e educação para



criar uma consciência nacional a respeito de nossos valores e bens culturais, pondo em relevo suas expressões legítimas em todos os níveis de população.

Também ministram-se cursos de extensão, no intuito de divulgar aspectos do patrimônio cultural, das riquezas naturais, da obra e vida das principais figuras históricas, literárias e artísticas do País.

Uma outra área em que o MEC vem atuando é a que se refere às ciências sociais e humanas e às investigações filosóficas, com a pretensão de contribuir para o desenvolvimento de novas concepções, métodos e técnicas científicas.

A programação está centrada no apoio a projetos científicos originais e sobretudo ligados à problemática do Nordeste brasileiro.

Finalmente, cumpre ressaltar a atividade que o MEC realiza no setor de radiodifusão educativa, visando à utilização adequada dos meios de comunicação de massa para mais ampla divulgação dos bens culturais brasileiros, no campo do teatro, da música, da dança, das manifestações folclóricas e do cinema.

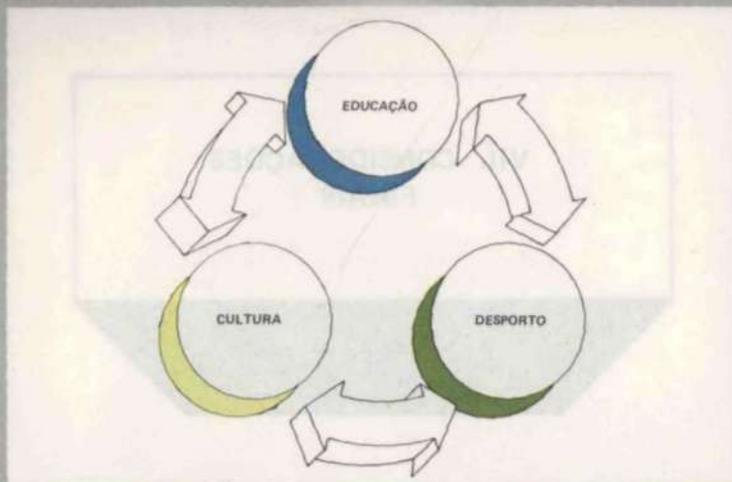
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aí está, nos seus lineamentos básicos, a configuração da política educacional, em curso, sob a liderança do Ministro Eduardo Portella.

Os responsáveis pela gestão da Educação e Cultura no País estamos conscientes dos avanços já realizados e das necessidades ainda insatisfeitas neste setor. Estamos igualmente conscientes da grande importância social da política aqui delineada e do trabalho que vamos executando para o seu cumprimento. E é trabalho em que todos nos devemos lançar, com a certeza de que estamos oferecendo aos brasileiros mais uma oportunidade para a sua plena realização.

Entendemos que, nesse sentido, a Política da Educação, *lato sensu*, mais do que simples instrumento de orientação e referência, representa uma necessidade e um desafio.

O empenho com que estamos cuidando do setor revela elevado interesse do Governo do Presidente João Figueiredo em expandir e dinamizar, com características renovadoras, o esforço para a promoção cultural do homem brasileiro. Sabemos



que isto não é fácil, mas sabemos também que é necessário prosseguir com celeridade, porque os resultados nesta área não são imediatos. Eles se apresentam por aproximações sucessivas.

Cabe-me agradecer, agora, aos dirigentes, instrutores e oficiais estagiários desta brilhante instituição, especialmente ao Major-Brigadeiro-do-Ar Oswaldo Terra de Faria — seu ilustre Comandante —, a oportunidade de falar-lhes, com emoção e orgulho, sobre o sentido e o alcance de nossa política educacional, e transmitir-lhes a minha alegria por ter podido estar com os senhores nesta prestigiosa Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica..

Esses agradecimentos e essa alegria são igualmente extensivos aos oficiais estagiários da Argentina, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e da Venezuela, nações amigas com as quais mantemos o melhor relacionamento fraterno e construtivo.

Quero encerrar, trazendo-lhes, com a saudação do Ministro Eduardo Portella, o meu aperto de mão cordial.

Bem sabemos o quanto vale estarmos unidos em torno de magnos objetivos comuns. Bem compreendemos que o ideal que nos une sai fortalecido de encontros como este.

Impresso
nas Oficinas da Editora Uberaba Ltda.
CRS 506 — Bloco "B" - Entrada 27 — 1º Andar
Fone: 244-4392 — Brasília - DF